



RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO 2017



Sumário

DISTRIBUIÇÃO	9
Ligação de consumidores	9
Desligamentos	9
Número de consumidores	9
Comportamento do mercado	10
Receita	12
Número de consumidores	13
Tarifas	13
Tarifa por faixa de consumo	14
Qualidade do fornecimento	14
DEC e FEC COOPERCOCAL 2017	14
Atendimento ao consumidor	15
Tecnologia da informação	15
Agência virtual	15
Discagem direta gratuita	16
Agência virtual	16
Aplicativo APP Coopercojal	16
Coopercojal SMS	16
Novos negócios	17
DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO	19
Sobras	19
Evolução e projetos de investimento	20
Comparativo dos Investimentos em Máquinas e Equipamentos da Distribuição	21
Fonte: Departamento Técnico – COOPERCOCAL, 2017.	21
Captações de recursos	21
Política de reinvestimento e distribuição das sobras	21
Composição do capital	21
Comportamento do preço das cotas partes	21
Atendimento aos associados	23
GESTÃO	25
Administração	25
Planejamento empresarial	25
Gestão pela qualidade total	25
Recursos humanos	26
Responsabilidade social	26
Permissionária em números	27
AUDITORES INDEPENDENTES	29
AGRADECIMENTOS	29
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS	31
NOTAS EXPLICATIVAS SOCIETÁRIAS	40
1 – Contexto operacional	40
2 – Das permissões	40
3 – Apresentação das demonstrações contábeis	40
4 – Principais práticas contábeis	42
5 - Caixa e equivalente de caixa	47
5.1 - Caixa	47
5.2 – Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	47
6 - Consumidores	47
7 - Consumidores, concessionárias e permissionárias	48
7.1 - Composição das contas a receber COMERCIAL	48
8 - Serviços em curso	49
9 – Depósitos judiciais e cauções	49
10 - Tributos a compensar	49
10.1 - Circulante	49
10.2 - Não circulante	49
11 - Almoxarifado operacional	49
12 - Despesas pagas antecipadamente	50
13 - Outros ativos circulantes	50
14 - Consumidores	50
15 - Outros ativos não circulantes	50
16 - Bens e atividades não vinculadas à concessão	51
17 – Intangível	51
18 – Fornecedores	51
19 – Obrigações sociais e trabalhistas	52
20 – Tributos	52
21 – Provisão para litígios	52
21.1 – Circulante	52
21.2 – Não circulante	52
21.3 – Provisões para contingência	53
22 – Encargos setoriais	53
23 – Passivos regulatórios	53
24 – Outros passivos circulantes	54
25 – Obrigações vinculadas a permissão	54
26 – Capital social	54
27 – Reservas de capital	54
28 – Reservas de sobras	55
29 – Sobras acumuladas	55
30 – Receita operacional	55
30.1 – Fornecimento de energia elétrica	55
30.2 – Serviços cobráveis	56
30.3 – Doações, contribuições e subvenções	56

30.4 – Outras receitas operacionais.....	56
31 – (-) Deduções da receita operacional.....	56
31.1 - Tributos.....	56
31.2 – Encargos do consumidor.....	57
32 – (-) Custo do serviço de energia elétrica.....	57
33 – Custo de operação.....	57
33.1 – Pessoal e administradores.....	57
33.2 – Demais custos operacionais.....	58
33.3 – Gastos diversos.....	58
33.4 – Outras despesas operacionais.....	58
34 – Resultado financeiro.....	58
35 – Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social.....	59
36 – Participação nos resultados.....	59
37 – Plano previdenciário e outros benefícios aos empregados.....	59
38 – Transações com partes relacionadas.....	59
39 – Instrumentos financeiros.....	60
40 – Demonstrações do resultado do exercício segregado por atividade.....	61
40.1 – Principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações por unidade de negócio.....	63
40.1.1 – Conciliação das demonstrações de resultado.....	63
41 - Seguros.....	64
42 – Eventos subsequentes.....	64
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS.....	66
NOTAS EXPLICATIVAS REGULATÓRIAS.....	72
1.Setor Elétrico no Brasil.....	72
2.Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias.....	73
3.Principais Práticas Contábeis Regulatórias.....	74
4.Consumidores e Permissionárias e Permissionárias.....	77
5.Imobilizado.....	79
6.Ativos e Passivos Financeiros Setoriais.....	83
7.Empréstimos e Financiamentos.....	85
8.Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	86
9.Provisões para Litígios.....	86
10.Obrigações vinculadas à Permissão do serviço público de energia elétrica.....	87
11.Patrimônio Líquido.....	89
12.Receita Operacional Bruta.....	91
13.Compra e venda de energia elétrica de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica– CCEE.....	91
14.Pessoal e Administradores.....	92
15.Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social.....	92
16.Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade.....	92
17. Revisão e Reajuste Tarifário.....	93
17.1.Revisão Tarifária Periódica.....	93
17.2.Reajuste Tarifário Anual.....	94
17.3.Composição da Base de Remuneração Regulatória.....	95
17.4.Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis - CAIMI.....	96
17.5.Ajuste da parcela “B” em Função de Investimentos Realizados.....	97
17.6.Resumo da Revisão Tarifária (ou Reajuste Tarifário).....	97
18. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário.....	98
18.1.Consumidores.....	102
18.2Ativos e passivos financeiros setoriais.....	102
18.3.Ativos financeiros da permissão.....	102
18.4.Imobilizado.....	102
18.4.1. Reavaliação compulsória.....	102
18.4.2. Depreciação.....	102
18.5.Intangível.....	102
18.5.1. Reavaliação compulsória.....	102
18.5.2. Depreciação.....	103
18.6.Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.....	103
18.6.1. Reavaliação compulsória.....	103
18.6.2. Amortização.....	103
18.7.Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01).....	103
18.7.1. Ativo financeiro.....	103
18.7.2. Ativo intangível.....	103
18.7.3. Receita e Custo de construção (resultado).....	103
18.7.4. Remuneração do ativo financeiro (resultado).....	104
18.7.5. Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado).....	104
18.8.Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório.....	104
18.9.Conciliação das sobras líquidas societário e regulatório.....	105
19.Formação Básica das Notas Explicativas.....	105
Balanço social 2017.....	107
Estendendo a todos os benefícios da eletricidade.....	107
Preservando e restaurando o meio ambiente.....	108
Rede compacta ou linha verde.....	108
Filantropia e trabalho voluntário.....	108
Acordo com instituições filantrópicas.....	108
Doações do FATES.....	108
Comissão interna de prevenção de acidentes – CIPA.....	109
Semana interna de prevenção de acidentes de trabalho – SIPAT.....	109
Informando a cooperação a todos.....	109
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017.....	112
Senhores associados.....	112
Mensagem da Administração.....	112
ATA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	114
PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	118
EDITAL DE CONVOCAÇÃO.....	119

PARECER DA AUDITORIA – SOCIETÁRIA.....120
PARECER DA AUDITORIA – REGULATÓRIA.....122
PARTICIPAÇÕES.....124

Relatório Anual do Conselho de Administração Regulatório

Senhoras e Senhores associados,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2017, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Cooperativa Energética Cocal - COOPERCOCAL para a sociedade, parceiros e associados.

CARTA DO PRESIDENTE**Cenário**

A Cooperativa Energética Cocal - COOPERCOCAL atua no segmento de distribuição e comercialização de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de 54 anos de existência.

O contrato de permissão para distribuição de energia elétrica nº034/2010-ANEEL, publicado em 10 de agosto de 2010, garante à continuidade da regulamentação da estabilidade de mercado em nossa área de atuação e a modicidade tarifária aos associados e consumidores.

O prazo de vigência do contrato de permissão é de 30 (trinta) anos, podendo ser prorrogado por igual período, a juízo do poder concedente, contado a partir da data de sua celebração.

O reconhecimento público com relação às medidas adotadas pela COOPERCOCAL para melhorar a qualidade de seus serviços e o relacionamento com os associados pode ser verificado pelo índice favorável de satisfação dos serviços prestados apresentados nas pesquisas realizadas pela ANEEL.

Em 2017, o bom desempenho da economia na área da concessão teve um reflexo positivo sobre a demanda por energia elétrica, com destaque para o setor industrial com um incremento de 14,16% com relação à 2016. O consumo do setor comercial também foi representativo, atingindo o patamar de 7,99 GWh (7,65 GWh em 2016). Somada, a demanda dos dois setores representa 38,68% de toda a energia comercializada pela cooperativa em 2017 (40,98% em 2016).

As tarifas praticadas pela COOPERCOCAL foram corrigidas pela resolução homologatória nº 2.334 publicada em 31 de outubro de 2017, entrando em vigor no período de 01 de novembro de 2017 a 29 de setembro de 2018.

No âmbito comum, foram estendidas as atividades que buscam a melhoria das condições sociais, com as realizações de eventos visando beneficiar não somente os associados, mas a comunidade em geral.

Também foi realizada a divulgação das atividades sociais e regulatórias através de reuniões nas comunidades, buscando transparecer as ações planejadas e executadas. De modo que, o planejamento é regularmente revisto, com intuito de melhorar o sistema elétrico, bem como manter tarifas de fornecimento com preços acessíveis a associados e consumidores.

A manutenção preventiva é outro ponto tratado com muita prioridade na gestão, melhorando significativamente os índices de qualidade e continuidade do fornecimento de energia. Pois é de total conhecimento que onde tem energia existe o desenvolvimento.



DISTRIBUIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA



DISTRIBUIÇÃO

A cooperativa distribui energia elétrica no município de Cocal do Sul e em parte dos municípios de Urussanga, Criciúma, Pedras Grandes, Orleans, Morro da Fumaça, Lauro Muller, Siderópolis e Treviso, todos no Estado de Santa Catarina, atendendo 10.478 associados consumidores em sua área de permissão. Também atende 01 consumidores livres no Estado.

Ligação de consumidores

Foram realizadas, no ano de 2017, 574 ligações e religações de unidades consumidoras assim divididas: 366 residenciais, 62 comerciais, 126 industriais, 15 rurais, 4 poderes públicos e 1 serviço público.

Integram as novas ligações industriais diversas ligações temporárias para a construção civil.

Desligamentos

Foram realizados, no ano de 2017, 304 desligamentos com destaque para: 114 residenciais, 102 comerciais, 58 industriais, 23 rurais, 6 poderes públicos e 1 serviço público, solicitados pelos associados consumidores, por falta de pagamento ou realizados por eventuais irregularidades.

Número de consumidores

NÚMERO DE CONSUMIDORES					
CONSUMIDORES	2013	2014	2015	2016	2017
Residencial	7.040	7.247	7.434	7.533	7.743
Comercial	750	771	803	829	860
Industrial	345	392	342	350	353
Rural	1.292	1.308	1.316	1.343	1.368
Poderes Públicos	116	120	129	129	128
Iluminação Pública	8	6	8	9	9
Serviço Público	14	14	13	15	17
TOTAL	9.565	9.858	10.045	10.208	10.478
VARIAÇÃO	2,96%	3,06%	1,90%	1,62%	2,64%

Fonte: Departamento comercial – COOPERCOCAL, 2017.

Comportamento do mercado

A distribuição de energia da COOPERCOCAL no período de janeiro a dezembro de 2017 foi de 78,12 GWh (72,20 GWh em 2016).

Os segmentos do mercado que mais contribuíram para esse resultado foram o industrial e comercial. A classe industrial foi a que teve maior crescimento, com 14,16%, que se deve à ligação de empresa do segmento industrial da cerâmica. A classe comercial apresentou aumento de 4,44%.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

MERCADO ATENDIDO					
MERCADO ATENDIDO GWh	2013	2014	2015	2016	2017
ENERGIA FATURADA	52,63	57,27	68,10	72,20	78,12
Fornecimento	52,63	57,27	68,10	72,20	78,12
Residencial	16,19	17,82	17,81	18,82	19,10
Comercial	6,54	7,45	7,68	7,65	7,99
Industrial	20,44	22,07	32,26	34,96	39,91
Rural	4,95	5,27	5,25	5,38	5,53
Poderes Públicos	0,61	0,68	0,71	0,77	0,78
Iluminação Pública	3,24	3,34	3,64	3,78	3,90
Serviço Público	0,66	0,64	0,75	0,84	0,91
Suprimento p/ agentes de distribuição					
USO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO	0	0	0	0	10,59
Consumidores Livres/Dist./Ger.					10,59
Consumidores Rede Básica					
TOTAL	52,63	57,27	68,10	72,20	88,71
VARIAÇÃO	6,04%	8,82%	18,91%	6,02%	22,87%

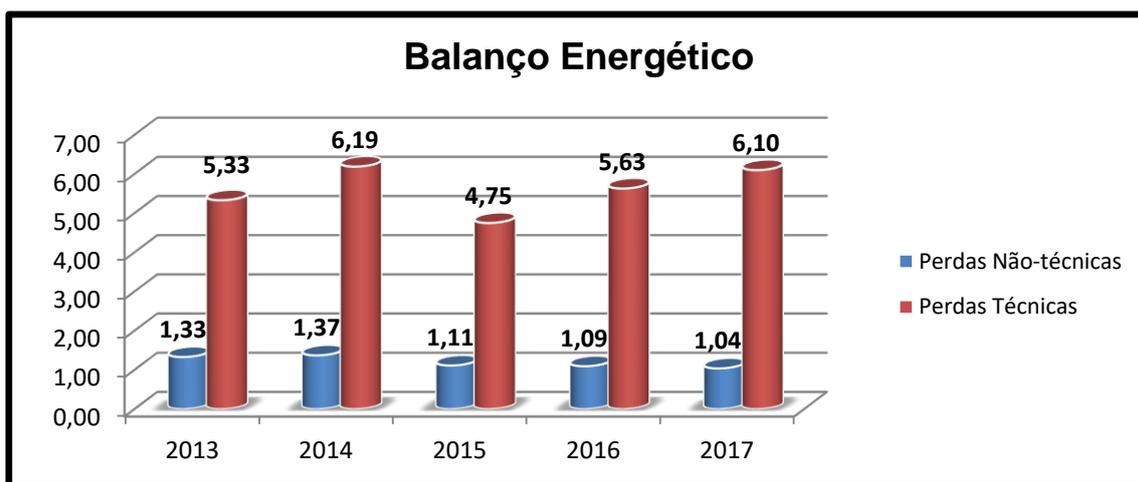
Fonte: Departamento comercial – COOPERCOCAL, 2017.

A Cooperccocal atende somente um consumidor livre que tem sua energia contratada compensada na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) pela supridora CELESC Distribuição S/A.

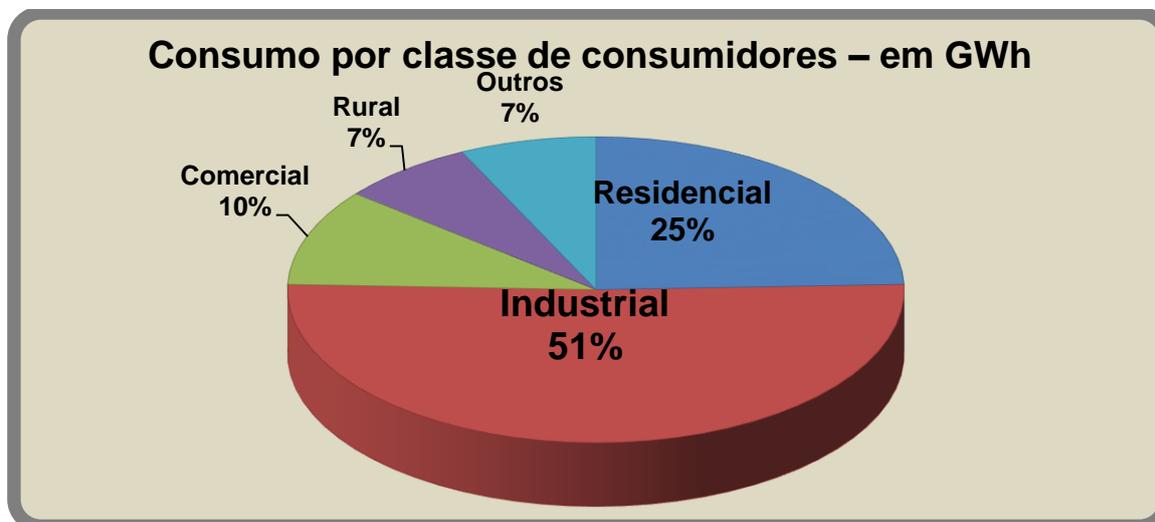
As perdas totais de energia sobre a energia requerida apresentaram um aumento de 8,35% em 2017 para 2016. Este aumento é resultado de ajustes em calendário de leituras de fornecimento e suprimento.

Balço Energético					
ENERGIA REQUERIDA	2013	2014	2015	2016	2017
Venda de Energia	52,63	57,27	68,10	72,20	78,12
Fornecimento	52,63	57,27	68,10	72,20	78,12
Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Mercado Atendido	52,63	57,27	68,10	72,20	78,12
Perdas na Rede Básica	-	-	-	-	-
Perdas na Distribuição	5,33	6,19	4,74	5,63	6,10
Perdas Técnicas	4,56	5,32	3,93	4,78	5,23
Perdas não Técnicas - PNT	0,77	0,87	0,81	0,85	0,87
PNT / Energia Requerida %	1,33	1,37	1,11	1,09	1,04
Perdas Totais - PT	5,33	6,19	4,74	5,63	6,10
PT / Energia Requerida %	9,20	9,75	6,51	7,23	7,24
TOTAL	57,96	63,46	72,84	77,83	84,22

Fonte: Departamento Comercial / Técnico – COOPERCOCAL, 2017.



Fonte: Departamento Comercial / Técnico – COOPERCOCAL, 2017.



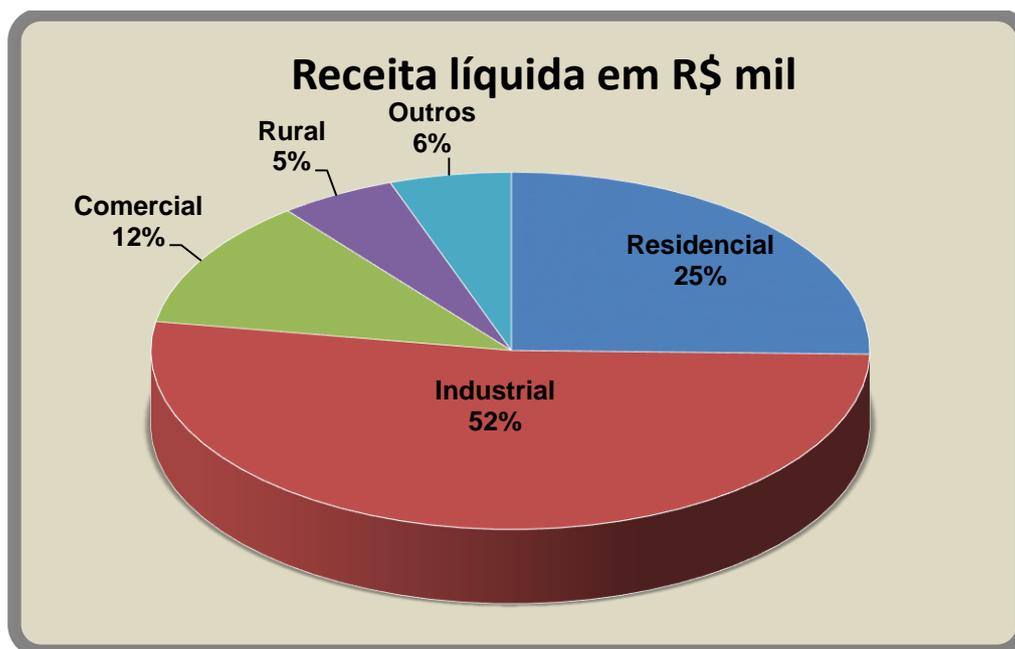
Fonte: Departamento comercial – COOPERCOCAL, 2017.

Receita

A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$ 23.679 mil, conforme quadro a seguir:

Receita líquida em R\$ mil			
Classe	2017	2016	%
Residencial	7.733	7.951	(2,74)
Industrial	15.951	14.321	11,38
Comercial	3.582	3.516	1,88
Rural	1.591	1.518	4,81
Outros	1.667	1.595	4,51
Subtotal	30.524	28.901	5,62
(-) ICMS	6.845	6.443	6,24
Total	23.679	22.458	5,44

Fonte: Departamento comercial – COOPERCOCAL, 2017.



Fonte: Departamento comercial – COOPERCOCAL, 2017

Número de consumidores

O número de consumidores faturados em dezembro de 2017 apresentou um crescimento de 2,64% sobre o ano anterior, demonstrado no quadro a seguir:

Número de consumidores			
Classe	2017	2016	%
Residencial	7.743	7.533	2,79
Industrial	353	350	0,86
Comercial	860	829	3,74
Rural	1.368	1.343	1,86
Outros	154	153	0,65
Total	10.478	10.208	2,64

Fonte: Departamento comercial – COOPERCOCAL, 2017.

Tarifas

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2017 atingiu R\$ 303,19 MWh, com aumento de 0,59% em relação a dezembro de 2016.

Classe	2017	2016	%
Residencial	334,70	337,68	(0,88)
Industrial	300,74	299,77	0,32
Comercial	337,21	335,00	0,66
Rural	241,16	224,67	7,34
Outros	225,75	214,47	5,26
Média	303,19	301,42	0,59

Fonte: Departamento comercial – COOPERCOCAL, 2017.

Tarifa por faixa de consumo

	<u>Residencial</u>	<u>Comercial</u>	<u>Industrial</u>	<u>Rural</u>	<u>Outros</u>
Impostos					
PIS	-	-	-	-	-
COFINS	-	-	-	-	-
ICMS	70,38	98,94	110,99	46,69	72,92
Taxas					
Fiscalização	0,67	0,67	0,67	0,67	0,67
CDE	27,40	27,40	27,40	27,40	27,40
Custo da energia comprada para revenda	84,06	84,06	84,06	84,06	84,06
Encargos de uso da rede elétrica	23,56	23,56	23,56	23,56	23,56
Despesas de pessoal	81,95	81,95	81,95	81,95	81,95
Outras despesas operacionais	141,77	159,05	147,00	(32,95)	73,79
Tarifa bruta da permissionária (*)	429,78	475,63	475,63	297,27	364,36
Resultado médio	404,90	399,68	448,16	287,85	298,23

(*) representa a equivalência em relação à tarifa, que gera recursos para suprir as demais despesas operacionais (pessoal, depreciação, serviços etc.).

Qualidade do fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são, o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

DEC e FEC COOPERCOCAL 2017

Conjunto Coopercojal	2013	2014	2015	2016	2017
DEC (horas)	15,22	7,78	15,87	12,18	7,20
FEC (interrupções)	11,11	6,65	10,79	6,23	7,84
TMD (minutos)	14,74	16,33	16,65	13,63	15,13
TMA (minutos)	35,10	39,30	39,22	56,19	31,52

A COOPERCOCAL atendendo a determinação da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica utiliza apenas 01 conjunto, denominado Conjunto COOPERCOCAL.

Atendimento ao consumidor

A Coopercocal mantém a disposição dos seus associados consumidores locais de serviços de atendimento ao consumidor para melhor atender. Um está instalado na sede administrativa, localizado a Avenida Dr. Polydoro Santiago, nº 555, Centro município de Cocal do Sul/SC e um posto de atendimento avançado localizado na Avenida Presidente Vargas, nº 116, município Urussanga/SC. Os mesmos serviços estão disponíveis pelos telefones: DDG 0800 48 7019 e (48) 3447 7000, com atendimento 24 horas.

Tecnologia da informação

Uma cooperativa distribuidora de energia elétrica para o desenvolvimento de seus negócios, depende de soluções adequadas de tecnologia da informação, a qual suporta tudo o que a cooperativa faz, mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Assim, a Coopercocal disponibiliza canais de relacionamento com o consumidor eficiente e facilitando o acesso aos serviços e comunicação. Estão disponíveis:

Agencia virtual

O associado consumidor pode solicitar segunda via fatura, comprovante de residência, histórico de consumo, débitos, serviços falta de energia, consultar e alterar dados cadastrais e se comunicar com a Coopercocal com um resultado prático e seguro.

O endereço da Agência é: <http://agencia.coopercocal.com.br/agenciavirtual> ou www.coopercocal.com.br clicar no ícone agência virtual.

Também é possível, neste mesmo site, saber de toda estrutura da Coopercocal, história, estatísticas, prestação de contas, notícias e eventos.

Discagem direta gratuita

A Coopercocal oferece serviço gratuitamente de teleatendimento aos seus associados e consumidores através da discagem direta gratuita (DDG) número 0800 487019. Essa ligação pode provir de qualquer operadora de serviço fixo ou móvel e está disponível 24 (vinte e quatro) horas. Ligando 0800 487019 você poderá solicitar serviços emergenciais, serviços gerais, informações, sugestões e reclamações.

Agencia virtual

Através da agencia virtual com o endereço <http://agencia.coopercocal.com.br/agenciavirtual> ou www.coopercocal.com.br clicar no ícone agência virtual, o associado consumidor pode solicitar segunda via fatura, comprovante de residência, histórico de consumo, débitos, serviços falta de energia, consultar e alterar dados cadastrais e se comunicar com a Coopercocal com um resultado rápido, prático e seguro.

Neste mesmo site, é possível saber de toda estrutura da Coopercocal, história, estatísticas, prestação de contas, notícias e eventos.

Aplicativo APP Coopercocal

O aplicativo Coopercocal oferece praticidade ao consumidor para acessar detalhes sobre a sua conta, comunicar falta de energia de um jeito mais rápido, com seu smartphone ou tablete.

Ao acessar o aplicativo da Coopercocal com o número da UC (unidade consumidora) e número de CPF do titular, você terá disponíveis inúmeras informações. O aplicativo da Coopercocal é gratuito e está disponível para Android e IOS.

Coopercocal SMS

Facilitar o dia a dia do consumidor e agilizar ainda mais a comunicação, a Coopercocal possui sistema de **SMS** (torpedo).

Através do número 28908, o associado poderá sem custos solicitar contas em aberto, código de barras para pagamento de fatura, bem como, informar falta de energia em sua residência. O associado receberá informações como desligamentos programados, faltas de energia, fatura vencida, entre outras informações.

O **SMS** é mais uma forma de contato direto, personalizado e interativo com envio de informações que fortalece nossa comunicação.

Maiores informações sobre nossos canais de atendimento você poderá obter através DDG 0800 487019 (ligação gratuita), ou nos postos de atendimento.

Novos negócios

No atual ambiente empresarial e de mercado em que a permissionária opera, é fundamental assegurar qualidade e continuidade, assim como o atendimento de novas necessidades dos consumidores.

A cooperativa mantém a estratégia de, mediante parcerias, reduzir custos, aumentar sua capacidade de investimento e, ao mesmo tempo, oferecer aos seus consumidores mais alternativas de produtos e serviços.

Buscamos notadamente nas áreas em que é possível obter sinergias operacionais com os ativos ou com o acervo de conhecimentos da cooperativa tornando isto uma ferramenta de progresso.

Participações da COOPERCOCAL:

Empresas	Investimento	Negócio
Coop. Extremo Sul	16	Oficina de transformadores
Sicoob Credisulca SC	16	Banco Cooperativista
Total	32	

Fonte: Departamento contabilidade – COOPERCOCAL, 2017.



DESEMPENHO ECONÔMICO/FINANCEIRO



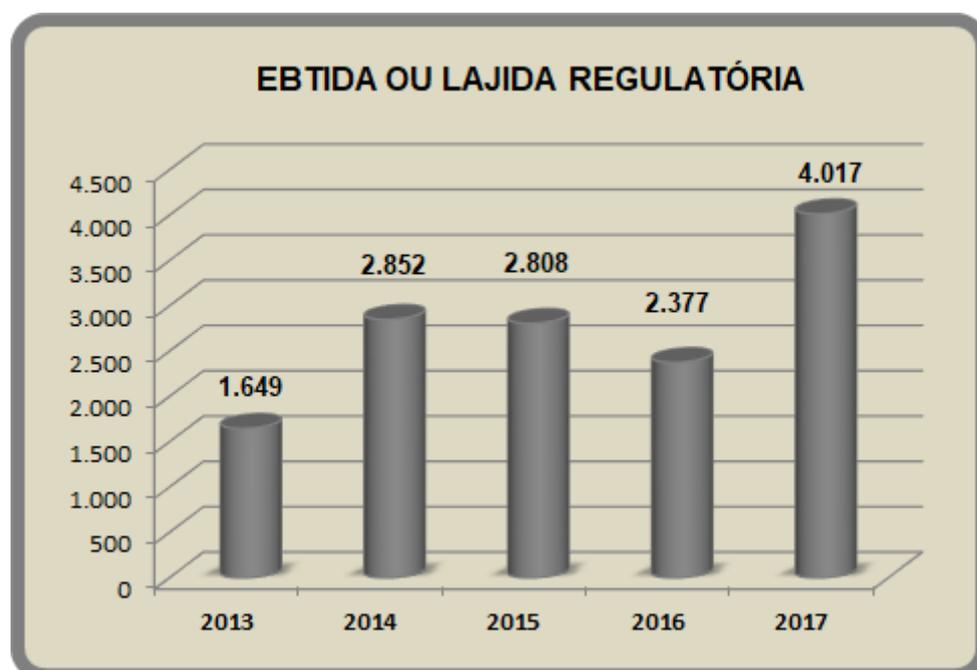
DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

Sobras

Em 2017, a sobra líquida foi de R\$ 2.500 mil, contra R\$ 765 mil em 2016, um aumento de 226,80%. A receita operacional líquida atingiu R\$ 24.066 mil, enquanto em 2016 situou-se em R\$ 19.603 mil. Esse aumento de 22,77% resulta do significativo aumento das tarifas médias de fornecimento e crescimento de mercado.

As despesas operacionais totalizaram em 2017 R\$ 22.187 mil, 14,67% superiores em relação à 2016, destacando-se os custos com: aquisição de energia que foram superiores em 17,72% e o total das taxas regulamentares que tiveram um crescimento de 1,64% no ano. A rentabilidade do patrimônio líquido do exercício foi de 9,15% contra 3,09% em 2016.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 4.017 mil, superior em 68,99% a 2016, que foi de R\$ 2.377 mil, conforme evolução abaixo:



Fonte: Departamento de contabilidade – COOPERCOCAL, 2017.

Evolução e projetos de investimento

Em 2017, os valores contemplados com adições brutas da cooperativa em máquinas e equipamentos, importaram em R\$ 4.479 mil, 45,90% superiores em relação a 2016. Para esta mesma rubrica nos próximos 5 (cinco) anos, a Permissionária estima um investimento total de R\$ 7.376 mil.

EVOLUÇÃO E PROJEÇÃO DOS INVESTIMENTOS								
Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	R\$ Mil Nominais			R\$ Mil em moeda constante de 31/12/2017				
	2015R	2016R	2017R	2018P	2019P	2020P	2021P	2022P
AIS Bruto	2.862	3.070	4.479	2.075	1.245	1.299	1.355	1.402
Transformador de Distribuição	432	378	358	85	88	91	95	99
Medidor	115	137	126	113	90	97	104	112
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	681	675	589	238	248	259	271	283
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	1.483	1.380	1.248	1.475	796	827	861	895
Redes Alta Tensão (69 kV)								
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)								
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)								
Subestações Média Tensão (primário de 30 kV a 44 kV)								
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	9	10	2.065					
Subestações Alta Tensão (primário de 88 kV a 138 kV)								
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)								
Demais Máquinas e Equipamentos	142	490	92	164	23	24	24	14
Obrigações Especiais do AIS Bruto	(631)	(83)	(85)					
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	(69)	(83)	(85)					
Outros								
Originadas da Receita								
Ultrapassagem de demanda								
Excedente de reativos								
Diferença das perdas regulatórias								
Outros								
Outros								

Fonte: Departamento de contabilidade – COOPERCOCAL, 2017.

Comparativo dos Investimentos em Máquinas e Equipamentos da Distribuição

COMPARATIVO DOS INVESTIMENTOS EM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA DISTRIBUIÇÃO						
	2017 R	2018 P	2019 P	2020 P	2021 P	2022 P
R\$ Mil	4.479	2.075	1.245	1.299	1.355	1.413
Plano de Investimentos 2018						
R\$ Mil	2017 P	2018 P	2019 P	2020 P	2021 P	
Plano de Investimentos 2017	2.930	1.204	1.110	1.095	1.025	
Diferença	53%	72%	12%	19%	32%	

Fonte: Departamento Técnico – COOPERCOCAL, 2017.

Captações de recursos

Para viabilizar o programa de investimentos a cooperativa utilizou recursos próprios resultantes de sobras dos exercícios quotas de reintegração e fundos estatutários.

Política de reinvestimento e distribuição das sobras

Aos associados é garantido estatutariamente as sobras do exercício, ajustado de conformidade com a legislação societária vigente.

Além disso, a Outorgada constituiu reserva legal de 10% da sobra líquido do exercício em um fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição de 50% para cumprir os investimentos necessários ao cumprimento da universalização do serviço.

Composição do capital

Em 31 de dezembro de 2017 o capital social da cooperativa era de R\$ 3.200 mil, sendo compostas por 3.199.515 quotas-parte com valor nominal de R\$ 1,00 real cada.

Comportamento do preço das cotas partes

As quotas-parte permanecem com os preços previstos no Capítulo V, Do Capital Social, Art. 19º do estatuto social.



RELAÇÃO COM ASSOCIADOS



Atendimento aos associados

Coerente com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma empresa transparente, moderna e aberta, a cooperativa coloca à disposição dos seus associados, a Central de Atendimento aos Associados, instalada na sua Sede Social, sito Avenida Dr. Polydoro Santiago, nº 555 – Centro – Cocal do Sul/SC, posto de atendimento localizado na Avenida Presidente Vargas, nº 116 – Centro – Urussanga/SC e COD (Centro de Operação e Distribuição), com plantão 24 horas na Rua Elias Rosso, nº 608 – Bairro Boa Vista - Cocal do Sul/SC.

Os mesmos serviços estão disponíveis também por telefone (48) 3447-7000, ligações pelo sistema DDG (Discagem Direta Gratuita) por meio do número 0800 48 7019 e através do site www.coopercocal.com.br.



GESTÃO



GESTÃO

Administração

No início do ano 2017, a assembleia geral dos associados aprovou o plano de investimentos para o ano corrente, mostrando que as tarifas cobradas espelham com fidelidade toda a cadeia de custos.

Planejamento empresarial

A cooperativa vem obtendo êxito na adaptação às mudanças aceleradas no setor elétrico, se deve em grande parte, à qualidade de seu planejamento empresarial.

Os rumos da cooperativa vêm sendo definidos com base no moderno conceito de planejamento por meio de cenários alternativos. Em 2017 foram realizados diversos treinamentos abrangendo cargos administrativos e técnicos a fim de alcançar os objetivos definidos.

A concepção do planejamento proporcionou o desenvolvimento do pensamento estratégico no âmbito gerencial da unidade e, ao mesmo tempo, criou um conjunto de estratégias adequadas aos diferentes cenários, possibilitando antecipar ações de reação às mudanças ambientais.

As tendências identificadas, juntamente com os resultados dos cenários empresariais, serviram de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas da unidade de negócio para os horizontes de curto e médio prazo.

A análise de cenários conjugados as condições macroeconômicas garantiram uma atuação mercadológica que se qualificou adequadamente ao momento econômico.

Gestão pela qualidade total

Em 2017, as atividades relacionadas com a Gestão pela Qualidade foram mantidas.

Recursos humanos

Em 2017 a permissionária investiu R\$ 110 mil em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados.

A Coopercofal incentiva seus funcionários com o valor de R\$ 130,00 (cento e trinta reais) em bolsa de estudos. Também mantém convênio firmado com a SESCOOP custeando 50% dos valores das mensalidades em cursos de graduação e 50% em cursos de especializações, contemplando 10 empregados.

Como resultado do contínuo investimento tecnológico e da política de treinamento de seu quadro técnico funcional, o quadro de empregados da Permissionária apresenta significativo pequeno aumento nos últimos anos.

Responsabilidade social

Cada vez mais, a cooperativa vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social, tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade.

Permissionária em números

Atendimento	2017	2016	%
Número de consumidores	10.478	10.208	2,64
Número de empregados	65	62	4,84
Número de consumidores por empregado	161	165	2,42
Número de localidades atendidas	09	09	-
Número de agências	01	01	-
Número de postos de atendimento	01	01	-
Número de postos de arrecadação	-	-	-

Mercado	2017	2016	%
Área de permissão (Km ²)	242	242	-
Geração própria (GWh)	-	-	-
Demanda máxima (MWh)	17,21	16,51	4,24
Suprimento (compra) (MWh)	84.225	77.838	8,21
Distribuição direta (MWh)	78.118	72.202	8,19
Consumo residencial médio (MWh/ano)	1.591	1.568	1,47
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	303,19	301,42	0,59
Total (exceto curto prazo)			
Residencial	334,70	337,68	(0,88)
Industrial	300,74	299,77	0,32
Comercial	337,21	335,00	0,66
Rural	241,16	224,67	7,34
Outros	225,75	214,47	5,26
DEC (horas) – Conjunto – Cocal do Sul	7,20	12,18	(40,89)
FEC (nº de interrupções) – Conjunto – Cocal do Sul	7,84	6,23	25,84
População atendida - Urbana (em milhares de habitantes)	29,08	28,30	2,76
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	2,45	2,40	2,08
Número de reclamações por 10.000 consumidores	2,15	2,79	(22,94)

Operacionais	2017	2016	%
Número de usinas em operação	-	-	-
Número de subestações	1	1	-
Linhas de distribuição	693	677	2,36
Número de transformadores	898	865	3,82
Número de postes	10.593	10.476	1,12
Capacidade instalada (Mva)	60,61	57,87	4,73

Financeiros	2017	2016	%
Receita operacional bruta (R\$ mil)	36.210	31.210	16,02
Receita operacional líquida (R\$ mil)	24.066	19.603	22,77
Margem operacional do serviço líquida (%)	6,90	2,45	181,67
EBITDA OU LAJIDA	4.017	2.377	68,99
Sobras líquidas (R\$ mil)	2.500	765	226,80

Operacionais	2017	2016	%
Lucro líquido por lote de mil ações	781	242	223,38
Patrimônio líquido (R\$ mil)	27.309	24.796	10,13
Valor patrimonial por lote de mil ações	1	1	-
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	9,15	3,09	196,73
Endividamento do patrimônio líquido (%)			
Em moeda nacional (%)	30,03	36,91	(18,62)
Em moeda estrangeira (%)	-	-	
Indicadores de performance			
Salário Médio dos Funcionários	3,14	3,36	(6,55)
Energia Comprada por Funcionário	1.296	1.255	3,27
Energia Comprada por Consumidor	8,03	7,62	5,38
Retorno de ativos por unidade (%)	7,46	2,25	231,04

AUDITORES INDEPENDENTES

A Audiconsult Auditores S/S – São José/SC prestou os serviços de auditoria externa relativa às demonstrações financeiras do exercício de 2017.

AGRADECIMENTOS

Ao conselho de administração e conselho fiscal, que novamente se mantiveram unidos nas decisões de interesse da COOPERCOCAL.

Ao quadro funcional, que com empenho e dedicação conseguiu executar as atividades inerentes ao bom desempenho do serviço de distribuição de energia elétrica em nossa área de permissão.

A outros que indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da permissionária.

Ao associado consumidor que participou de todas as atividades da permissionária expressando confiança na luta de consolidação do ideal cooperativo.

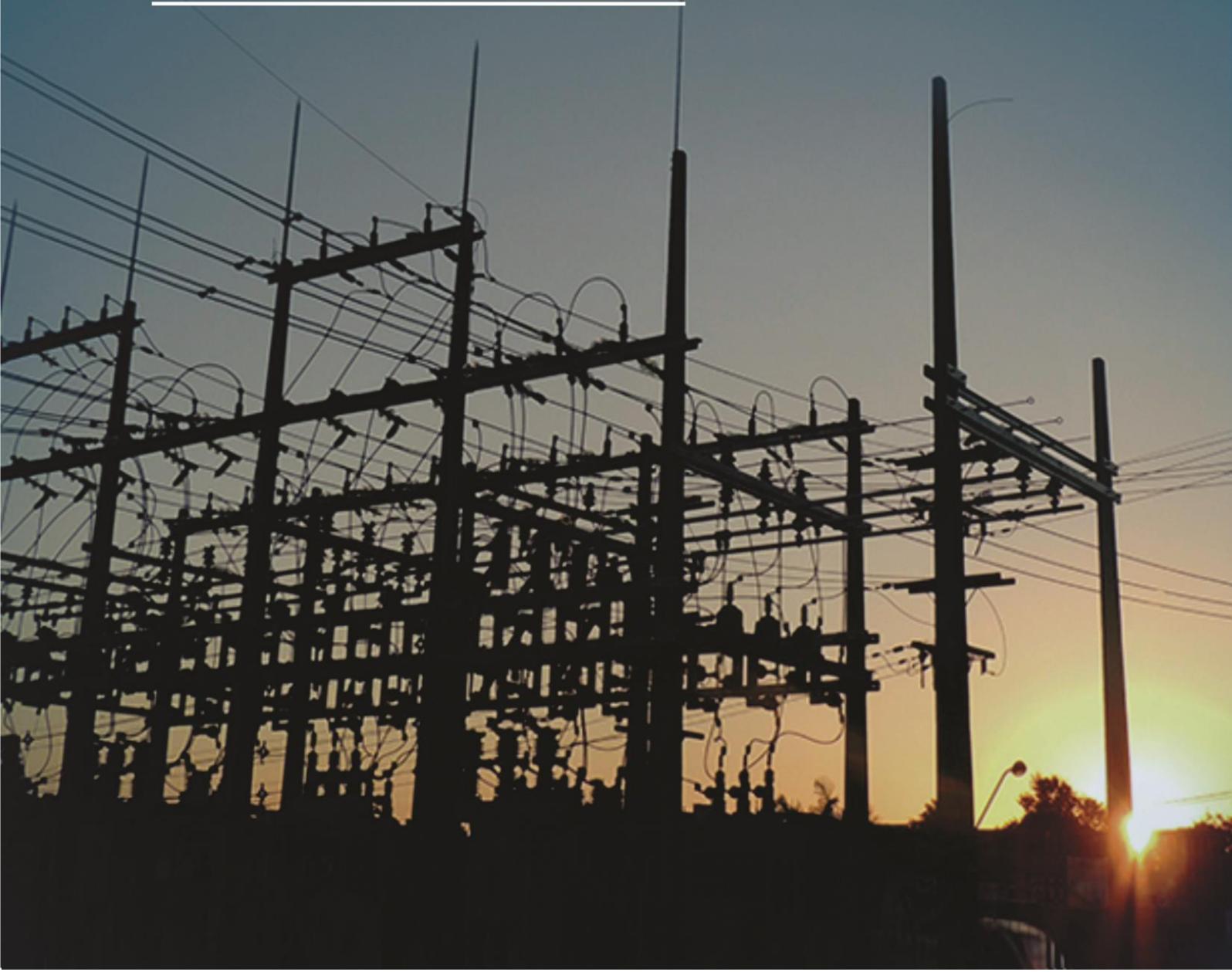
Cocal do Sul - SC, 05 de abril de 2018.

Altair Lorival de Mélo
Presidente

Nadia Guollo Bortolatto
Secretaria



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS

BALANÇO PATRIMONIAL
COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL
CNPJ 86.532.348/0001-45
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos milhares de reais)

ATIVO	Notas	Legislação societária	
		2017	2016
Circulante		6.757	5.993
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.527	1.316
Consumidores	7	4.700	3.864
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.1	(278)	(215)
Serviços em curso	8	-	345
Depósitos judiciais e cauções	9	18	
Tributos compensáveis	10	126	318
Almoxarifado operacional	11	195	165
Despesas pagas antecipadamente	12	12	6
Outros ativos circulantes	13	457	194
Não circulante		25.014	23.737
Consumidores	14	60	60
Tributos compensáveis	10	126	192
Outros ativos não circulantes	15	1.900	1.122
Bens e atividades não vinculadas à concessão	16	1.256	1.158
Intangível	17	21.672	21.205
TOTAL DO ATIVO		31.771	29.730

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Altair Lorival de Mélo
 Presidente
 CPF 344.212.629-00

Diogo de Fáveri Ramos
 Contador
 CRC/SC 033492/O-6

BALANÇO PATRIMONIAL
COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL
CNPJ 86.532.348/0001-45
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos milhares de reais)

PASSIVO	Notas	Legislação societária	
		2017	2016
Circulante		4.510	5.867
Fornecedores	18	1.181	924
Obrigações sociais e trabalhistas	19	797	766
Tributos	20	193	170
Provisão para litígios	21	583	251
Encargos setoriais	22	29	586
Passivos regulatórios	23	887	2.539
Outros passivos circulantes	24	840	631
Não Circulante		3.692	3.284
Provisão para litígios	21	1.605	1.605
Obrigações vinculadas a permissão	25	2.087	1.679
Patrimônio líquido		23.569	20.579
Capital social	26	3.200	3.167
Reserva de capital	27	27	27
Reserva de sobras	28	19.360	17.005
Sobras a disposição da AGO	29	982	380
TOTAL DO PASSIVO		31.771	29.730

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Altair Lorival de Mélo
 Presidente
 CPF 344.212.629-00

Diogo de Fáveri Ramos
 Contador
 CRC/SC 033492/O-6

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL
CNPJ 86.532.348/0001-45
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos milhares de reais)

	Notas	Legislação societária	
		2017	2016
Receita operacional	30	40.810	35.344
Fornecimento de energia elétrica	30.1	34.819	30.503
Serviços cobráveis	30.2	17	15
Doações, contribuições e subvenções	30.3	1.375	692
Outras receitas operacionais	30.4	4.599	4.134
(-) Deduções da receita operacional	31	12.144	11.607
ICMS	31.1	7.996	7.526
Encargos do consumidor	31.2	4.148	4.081
(=) Receita operacional líquida		28.666	23.737
(-) Custo do serviço de energia elétrica	32	26.080	22.723
Energia elétrica comprada para revenda	32	5.928	5.358
Encargo de uso do sistema de distribuição	32	4.230	3.370
Proinfa	32	639	444
Custo de operação	33	15.283	13.551
Pessoal e administradores	33.1	6.401	5.531
Material	33.2	1.442	1.324
Serviços de terceiros	33.2	1.185	1.169
Arrendamentos e aluguéis	33.2	2	2
Seguros	33.2	38	23
Provisões	33.2	215	85
Tributos	33.2	30	62
Amortização	33.2	1.140	1.003
Gastos diversos	33.3	4.489	3.966
Outras despesas operacionais	33.4	341	386
(=) Sobra bruta		2.586	1.014
Resultado financeiro	34	219	73
Receita financeiras	34	291	359
Despesas financeiras	34	(72)	(286)
(=) Sobras antes da contribuição social e imposto de renda		2.805	1.087
(-) Contribuição social		-	-
(-) Imposto de renda		-	-
(=) Sobras líquidas do exercício		2.805	1.087

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Altair Lorival de Mélo
 Presidente
 CPF 344.212.629-00

Diogo de Fáveri Ramos
 Contador
 CRC/SC 033492/O-6

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS - ASSOCIADOS/NÃO ASSOCIADOS
COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL
CNPJ 86.532.348/0001-45

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos milhares de reais)

	Legislação societária		
	Associados	N/Associados	Consolidado
Receita operacional bruta	40.810	-	40.810
Fornecimento de energia elétrica	34.819	-	34.819
Serviços cobráveis	17	-	17
Doações, contribuições e subvenções	1.375	-	1.375
Outras receitas operacionais	4.599	-	4.599
(-) Deduções da receita operacional	12.144	-	12.144
ICMS	7.996	-	7.996
Encargos do consumidor	4.148	-	4.148
(=) Receita operacional líquida	28.666	-	28.666
(-) Custo do serviço de energia elétrica	26.080	-	26.080
Energia elétrica comprada para revenda	6.566	-	6.566
Encargo de uso do sistema de distribuição	4.230	-	4.230
Custo de operação	15.284	-	15.284
Pessoal e administradores	6.401	-	6.401
Material	1.442	-	1.442
Serviços de terceiros	1.185	-	1.185
Arrendamentos e aluguéis	2	-	2
Amortização	1.140	-	1.140
Provisões	215	-	215
Outros	4.899	-	4.899
(=) Resultado do serviço	2.586	-	2.586
(+/-) Receita (despesas) financeiras	219	-	219
(=) Sobras antes da contribuição social e imposto de renda	2.805	-	2.805
(-) Contribuição social	-	-	-
(-) Imposto de renda	-	-	-
(=) Sobras líquidas do exercício	2.805	-	2.805

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Altair Lorival de Mélo
 Presidente
 CPF 344.212.629-00

Diogo de Fáveri Ramos
 Contador
 CRC/SC 033492/O-6

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL
CNPJ 86.532.348/0001-45
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos milhares de reais)**

	Legislação societária							Total
	Capital Social	Reserva de capital	Reservas de Sobras			Fundo de expansão manut. Serv. de distrib.	Sobras a disposição da AGO	
			Fundo de reserva legal	FATES	Fundo de apoio II. pública			
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.145	27	8.818	329	752	4.709	1.533	19.313
Integralização de quotas	25	-	-	-	-	-	-	25
Devolução de quotas	(3)	-	-	-	-	-	-	(3)
Realização de reservas/fundos	-	-	-	(152)	-	-	(1.533)	(1.685)
Sobras do exercício	-	-	-	-	-	-	1.087	1.087
Destinação Estatutária:								
Fundo de reserva legal	-	-	109	-	-	-	(109)	-
FATES	-	-	-	363	-	-	(54)	309
Fundo exp. e manut. serv. distrib.	-	-	-	-	-	2.077	(544)	1.533
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.167	27	8.927	540	752	6.786	380	20.579
Integralização de quotas	38	-	-	-	-	-	-	38
Devolução de quotas	(5)	-	-	-	-	-	-	(5)
Realização de reservas/fundos	-	-	-	(155)	-	-	(380)	(535)
Sobras do exercício	-	-	-	-	-	-	2.805	2.805
Destinação Estatutária:								
Fundo de reserva legal	-	-	281	-	-	-	(281)	-
FATES	-	-	-	446	-	-	(140)	306
Fundo exp. e manut. serv. distrib.	-	-	-	-	-	1.783	(1.402)	381
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.200	27	9.208	831	752	8.569	982	23.569

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Altair Lorival de Mélo
Presidente
CPF 344.212.629-00

Diogo de Fáveri Ramos
Contador
CRC/SC 033492/O-6

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE E DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS
COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL
CNPJ 86.532.348/0001-45**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos milhares de reais)

	Legislação societária	
	2017	2016
RESULTADO/SOBRA LÍQUIDA DO EXERCÍCIO	2.805	1.087
(+/-) Resultados Abrangentes	-	-
Reversão Reserva de Reavaliação NBC TG 27 R2	-	-
Reversão Reserva do FATES NBC T 10.8 IT 01	-	-
(-) Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	2.805	1.087
RESULTADO COM TERCEIROS	-	-
Resultado Líquido do Exercício (Operações com não associados)	-	-
Base para destinações legais e estatutárias	2.805	1.087
Fundo de Reserva - Art. 55 - Estatuto Social - 10%	(281)	(109)
FATES - Art. 56 - Estatuto Social - 5%	(140)	(54)
Fundo Expansão e Manut. Serv. Distrib. - Art. 57 - Estatuto Social - 50%	(1.402)	(544)
(=) RESULTADO/SOBRA ABRANGENTE ATRIBUÍVEL AOS ASSOCIADOS NA AGO	982	380

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Altair Lorival de Mélo
Presidente
CPF 344.212.629-00

Diogo de Fáveri Ramos
Contador
CRC/SC 033492/O-6

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL
CNPJ 86.532.348/0001-45
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos milhares de reais)

	Legislação societária	
	2017	2016
Atividades operacionais		
Sobra líquida do exercício	2.805	1.087
Ajuste ao resultado líquido	920	525
Depreciação e amortização	857	619
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	63	(94)
Resultado ajustado do exercício	3.725	1.612
Variações no ativo circulante	(615)	(197)
Consumidores	(835)	374
Serviços em curso	345	(298)
Tributos compensáveis	192	(272)
Depósitos judiciais e cauções	(18)	-
Amoxarifado operacional	(30)	1
Despesas antecipadas	(6)	-
Outros ativos circulantes	(263)	(2)
Variações no passivo circulante	(1.357)	1.717
Fornecedores	258	193
Empréstimo, financiamentos	-	(262)
Obrigações sociais e trabalhistas	30	113
Tributos	23	(51)
Provisões para litígios	333	230
Encargos setoriais	(558)	260
Passivos regulatórios	(1.652)	1.218
Outros passivos circulantes	209	16
Variações no ativo não circulante	(713)	(540)
Consumidores	-	(60)
Tributos compensáveis	65	(140)
Outros ativos não circulantes	(778)	(340)
Variações no passivo não circulante	409	116
Obrigações vinculadas a permissão	409	116
Total das atividades operacionais	1.449	2.708
Atividades de investimento		
Aumento de investimento	(98)	(28)
Pagamento pela compra de bens para imobilizado	(1.324)	(3.359)
Total das atividades de investimento	(1.422)	(3.387)
Atividades de financiamento		
Utilização das reservas	151	156
Capital a integralizar	33	22
Total das atividades de financiamento	184	178
Total dos efeitos no caixa e equivalente de caixa	211	(501)
Saldo inicial de caixa	1.316	1.817
Saldo final de caixa	1.527	1.316
Variação do caixa e equivalente de caixa	211	(501)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Altair Lorival de Mélo
 Presidente
 CPF 344.212.629-00

Diogo de Fáveri Ramos
 Contador
 CRC/SC 033492/O-6

37

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL
CNPJ 86.532.348/0001-45
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos milhares de reais)

	Legislação societária	
	2017	2016
Receitas	40.595	35.259
Venda de energia e serviços	34.836	30.518
Doações, contribuições e subvenções	1.375	692
Outras receitas	4.599	4.134
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(215)	(85)
(-) Insumos adquiridos de terceiros	22.441	20.122
Insumos consumidos	14.945	13.253
Materiais e serviços de terceiros	2.626	2.493
Outros	4.870	4.376
(=) Valor adicionado bruto	18.154	15.137
(-) Quotas de reintegração	1.140	1.003
Depreciação, amortização e exaustão	1.140	1.003
(=) Valor adicionado líquido produzido pela entidade	17.014	14.134
(+) Valor adicionado recebido em transferência	291	359
Receitas financeiras	291	359
(=) Valor adicionado total a distribuir	17.305	14.493
Distribuição do valor adicionado	17.305	14.493
Pessoal	5.336	4.545
Remuneração direta	4.432	3.869
Encargos sociais (FGTS/PIS)	186	122
Assistência médica/plano de saúde	182	157
Outros	536	397
Governo	9.092	8.575
Federais	1.066	987
INSS (sobre folha de pagamento)	1.066	987
Estaduais	8.023	7.586
ICMS	7.996	7.526
IPVA	23	26
Outros	4	34
Municipais	3	2
IPTU	3	2
Financiadores	72	286
Despesas financeiras	72	286
Remuneração de capitais próprios	2.805	1.087
Sobras do exercício	2.805	1.087
Valor adicionado (médio) por empregado	266	234

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Altair Lorival de Mélo
 Presidente
 CPF 344.212.629-00

Diogo de Fáveri Ramos
 Contador
 CRC/SC 033492/O-6

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO
COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL
CNPJ 86.532.348/0001-45
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos milhares de reais)

	Legislação societária	
	2017	2016
TOTAL DE RECURSOS	2.805	1.087
RECURSOS COM ASSOCIADOS	2.805	1.087
Sobra Líquida do Exercício (Atividades com associados)	2.805	1.087
RECURSOS COM NÃO ASSOCIADOS	-	-
Sobra Líquida do Exercício (Atividades com não associados)	-	-
(-) DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS	(1.823)	(707)
Fundo de Reserva	(281)	(109)
FATES (Atividades com associados)	(140)	(54)
Fundo de Expansão e Manut. do Serv. de Distrib.	(1.402)	(544)
(=) SALDO A DISPOSIÇÃO DA AGO	982	380

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Altair Lorival de Mélo
 Presidente
 CPF 344.212.629-00

Diogo de Fáveri Ramos
 Contador
 CRC/SC 033492/O-6

NOTAS EXPLICATIVAS SOCIETÁRIAS

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

1 – Contexto operacional

A permissionária é uma sociedade cooperativa, constituída na forma da Lei nº 5.764/71, de capital aberto, controlada pelos associados, com atividade de distribuição de energia elétrica, atividade regulamentada pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Atendemos a 14.215 associados, sendo destes, 10.478 consumidores (informações examinadas pelos auditores) inclusive consumidores livres na forma da regulamentação do setor elétrico.

2 – Das permissões

A Cooperativa Energética Cocal – COOPERCOCAL detém a permissão, válida até o ano de 2040, para a distribuição de energia elétrica no município de Cocal do Sul e em parte dos municípios de Urussanga, Criciúma, Pedras Grandes, Orleans, Morro da Fumaça, Lauro Müller, Siderópolis e Treviso, todos do Estado de Santa Catarina, conforme contrato nº 034/2010-ANEEL.

3 – Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com a Lei nº 5.764/71, que rege as atividades cooperativas no Brasil. Resolução do CFC nº 1.255/09 que estabelece as normas para apresentação das demonstrações financeiras das pequenas e médias empresas, disposições regulatórias e os princípios fundamentais da contabilidade.

Também cumpriu as disposições do manual de contabilidade do serviço público de energia elétrica, Resolução Normativa ANEEL nº 605/14, conjugadas com a legislação

específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, orientações emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), e estatuto social.

Adoção das normas brasileiras de contabilidade através da interpretação técnica NBC T 10.8 – IT 01, orientações emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC) e instruções contidas no Despacho nº 4.356 de 22 de dezembro de 2017 da SFF/ANEEL.

- Adoção do modelo de apresentação da PAC – Prestação Anual de Contas;
- Utilização das naturezas de gastos e centros de custos;
- Configuração dos detalhes conforme preenchimento da RIT – Relatório de Informações Trimestrais;
- Aplicação do plano de contas regulatório;
- Contabilização da mão de obra para as ordens em curso;
- Contabilização da renda não faturada;
- Contabilização do rateio da administração central para a atividade;
- Aplicação do OCPC 08.

Em atendimento ao previsto na Resolução CFC nº 1.292/10, que aprovou a NBC TG 01(R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a administração avalia e entende que o contrato de permissão prevê que os valores dos ativos serão recuperados na tarifa, através da depreciação ou de custos previstos na empresa de referência, e que ao final da permissão os bens remanescentes serão indenizados.

Sendo assim, o entendimento da COOPERCOCAL é de que não há evidência de ativos cujos valores não serão recuperáveis.

A Cooperativa Energética Cocal – COOPERCOCAL apresenta, no encerramento do exercício de 2017, as demonstrações contábeis societárias e regulatórias com valores expressos em milhares de reais, conforme determina o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) Resolução ANEEL nº. 605 de 11 de março de 2014 e resolução ANEEL nº 396/2010 de 26 de fevereiro de 2010.

4 – Principais práticas contábeis

As práticas contábeis abaixo descritas foram aplicadas as informações societárias e regulatórias quando pertinentes e individuais, se necessário, conforme decisão do conselho de administração emanada da reunião realizada em 09 de janeiro de 2018 e referenciada pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 19 de janeiro de 2018.

- **Caixa e equivalentes de caixa**

Estão registradas ao valor de mercado, expressas pelo saldo de caixa, depósitos em bancos, certificado de depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo.

- **Consumidores**

Compreende o fornecimento de energia faturada e não faturada a consumidores finais, conforme montantes determinados em contrato até 31 de dezembro de 2017, contabilizado com base no regime de competência.

- **Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

Esta provisão é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

Em relação às contas a receber de consumidores, a mesma é constituída conforme determina o MCSE - Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - Resolução ANEEL nº. 605 de 11 de março de 2014, (item nº 7.2.8). Engloba os recebíveis faturados, até a data de encerramento do balanço, contabilizados pelo regime de competência.

Os parcelamentos de débitos estão reconhecidos em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber.

- **Ajuste a valor presente**

O ajuste a valor presente previsto na NBC TG 12, aprovada pela resolução nº 1.151/09 e alterada pela resolução nº 1.329/11 do Conselho Federal de Contabilidade, não foi

calculado sobre parcelamentos de energia elétrica, por entender a administração que está coberta pela provisão.

- **Estoque (inclusive do ativo imobilizado)**

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e aqueles destinados a investimentos estão classificados no ativo imobilizado, pelo custo de aquisição.

- **Ativos e passivos regulatórios**

Reconhecidos após o aditamento do contrato de permissão e aplicados na forma prevista no OCPC 08 de 28 de novembro de 2014, aprovado pela Norma NBC - CTG 08 de 05 de dezembro de 2014.

- **Investimentos**

As participações societárias permanentes, controladas e coligadas, estão registradas pelo método da equivalência patrimonial. Os outros investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perda quando aplicável.

- **Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina o MCPSE (Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico) aprovado pela Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015 e 529/12.

- **Intangível**

Direitos sobre objetos incorpóreos destinados a manutenção da entidade, ou obtidos com esta finalidade e estão registrados pelo custo de aquisição, sem a constituição de provisão para perda.

A amortização do intangível é calculada através das taxas de depreciação tomando se como base os saldos contábeis registrados.

A baixa de um ativo intangível é efetivada através de alienação ou quando não existem benefícios econômicos futuro resultante do uso ou da alienação.

Os resultados da baixa são reconhecidos no resultado do exercício.

- **Atualização de direitos e obrigações**

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

- **Estimativas**

As estimativas são anualmente revisadas quando da preparação de demonstrações financeiras na conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A administração se baseia em julgamentos para determinação e o registro de estimativas que afetem seus ativos, passivos, receitas e despesas e os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes.

- **Imposto de renda e contribuição social**

Calculados e registrados quando devidos conforme legislação vigente nas datas dos balanços.

Inclusa no regime tributário de apuração do lucro real, não tributou operações com associados, isentos na forma determinada pela Lei nº 5.764/71.

- **Empréstimos e financiamentos**

Atualizados com base nas variações monetárias e cambiais e acrescidas dos respectivos encargos, quando classificados como passivos financeiros amortizados

pelo custo e registrados ao respectivo valor de mercado, quando classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

- **Provisão para litígios**

As provisões para litígios conhecidas nas datas dos balanços são constituídas mediante avaliação e quantificação dos riscos relacionados a assuntos tributários, trabalhistas ou cíveis, cuja probabilidade de perda em processos que envolvam discussão judicial é considerada provável, na opinião da administração e de seus assessores legais.

Estão sendo apresentadas nesta rubrica as provisões para litígios liquidas dos depósitos e/ou bloqueios judiciais e elas relacionadas.

- **Reconhecimento das receitas**

Todas as receitas de operação, uso e serviço praticadas pela COOPERCOCAL, são reconhecidas no momento da emissão da nota fiscal/fatura de energia elétrica por satisfazerem os requisitos exigidos na NBC TG 47, aprovada pela Resolução 2016 NBC TG 47 do Conselho Federal de Contabilidade.

- **Receita não faturada**

Corresponde a receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e a receita de utilização de rede de distribuição não faturada, calculadas em base estimada, referente ao período após a medição mensal e o último dia do mês.

- **Receita de construção e custo de construção**

O ICPC 01 (R2) estabelece que o permissionário de distribuição de energia elétrica deva registrar e mensurar os serviços prestados de acordo com os CPCs 17 (R1) “Contratos de Construção” e CPC 30 (R1) – Receitas, mesmo quando regidos por um único contrato de permissão. A permissionária contabiliza receitas de construção de infraestrutura de distribuição utilizada na prestação de serviços.

Os custos são reconhecidos na demonstração de resultado do exercício como custo de construção.

▪ **Impostos e contribuições**

As receitas de venda de serviços de distribuição estão sujeitas a tributação pelo imposto de circulação de mercadorias e serviços – ICMS as alíquotas vigentes.

Os demais tributos somente são exigíveis quando a permissionária opera com consumidores não associados.

▪ **Apuração de resultado**

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

▪ **Sobra líquida**

A sobra ou perda que ocorrer será colocada à disposição dos associados, que deliberarão sobre sua destinação, obedecendo ao disposto na Lei nº 5.764/71 e Estatuto Social.

5 - Caixa e equivalente de caixa

5.1 - Caixa

Legislação societária		
	2017	2016
Caixa	3	4
Bancos	455	222
Fundo de caixa	4	8
Numerário em trânsito	41	23
Total	503	257

5.2 – Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Legislação societária					
Instituição financeira	Tipo de aplicação	Vencimento	Remuneração	2017	2016
Banco do Brasil S/A	CDB/DI	Indeterminado	Diária	187	-
Caixa Econômica Federal	CDB/RDB	Indeterminado	Diária	837	1.059
Total				1.024	1.059

6 - Consumidores

Todos os consumidores foram faturados e tem saldo de consumo de pelo menos quatro dias, referente ao disposto no calendário mensal de leitura.

Número de consumidores	Legislação societária	
	2017	2016
Faturados	10.478	10.208
Total	10.478	10.208

7 - Consumidores, concessionárias e permissionárias

7.1 - Composição das contas a receber COMERCIAL

Legislação societária								
					Provisão para devedores duvidosos		Saldo	
Consumidor	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	2017	2016	2017	2016
Residencial	700	190	76	966	77	44	889	726
Industrial	1.552	150	101	1.803	100	82	1.703	1.309
Consumidor Livre	177	-	-	177	-	-	177	149
Comercial	361	104	11	476	10	9	466	339
Rural	164	34	7	205	7	6	198	148
Poder Público	20	-	-	20	-	-	20	7
Iluminação Pública	19	-	55	74	55	55	19	32
Serviço Público	28	-	-	28	-	-	28	23
Renda N/ Faturada	765	-	-	765	-	-	765	534
Subtotal - Consumidores	3.786	478	250	4.514	249	196	4.265	3.267
Serviços Cobráveis	2	2	2	6	1	2	5	2
Parc. de Créditos a Receber	20	4	8	32	9	7	23	235
Outros Créditos	124	10	14	148	19	10	128	145
Total	3.932	494	274	4.700	278	215	4.421	3.649

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída para fazer face de eventuais créditos de liquidação duvidosa, conforme determina o MCSE – Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – Resolução ANEEL nº. 605 de 11 de março de 2014, item 7.2.8 – Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa, enquadrados nas seguintes condições:

- a) Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- b) Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias e;
- c) Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

8 - Serviços em curso

Legislação societária		
	2017	2016
Serviços em curso	-	345
Total	-	345

9 – Depósitos judiciais e cauções

Legislação societária		
	2017	2016
Depósitos judiciais e cauções	18	-
Total	18	-

10 - Tributos a compensar**10.1 - Circulante**

Legislação societária		
	2017	2016
ICMS	126	318
Total	126	318

10.2 - Não circulante

Legislação societária		
	2017	2016
ICMS	126	192
Total	126	192

11 - Almoxarifado operacional

Legislação societária		
	2017	2016
Almoxarifado em serviço	147	117
Adiantamento a fornecedores	48	48
Total	195	165

12 - Despesas pagas antecipadamente

Legislação societária		
	2017	2016
Seguros	12	6
Total	12	6

13 - Outros ativos circulantes

Legislação societária		
	2017	2016
Empregados	45	38
Fornecedores	29	75
Serviços prestados a terceiros	1	4
Rendas a receber	34	17
Reembolso do fundo da CDE	346	55
Desativações, alienações e dispêndios em curso	2	5
Total	457	194

14 - Consumidores

Legislação societária		
	2017	2016
Recuperação judicial	60	60
Total	60	60

15 - Outros ativos não circulantes

Legislação societária		
	2017	2016
Recuperação judicial – Compartilhamento postes	3	32
Iluminação pública - Precatórios	2	129
Ativo reversível	1.895	961
Total	1.900	1.122

16 - Bens e atividades não vinculadas à concessão

Legislação societária		
	2017	2016
Avaliadas pelo custo de aquisição		
Fecoerusc – Oficina de transformadores	16	16
Sicoob Credisulca SC	16	13
Subtotal	32	29
Outros investimentos		
Sede recreativa	1.224	1.129
Subtotal	1.224	1.129
		-
Total	1.256	1.158

17 – Intangível

	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais vinculadas	Legislação societária	
				2017	2016
				Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Distribuição	27.441	7.014	1.330	19.097	17.257
Bens da permissão	27.441	7.014	1.330	19.097	17.257
Administração	1.289	760	-	529	536
Bens da permissão	1.289	760	-	529	536
Subtotal	28.730	7.774	1.330	19.626	17.793
Em curso					
Distribuição	716	-	758	(42)	1.733
Bens da permissão	716	-	758	(42)	1.733
Subtotal	716	-	758	(42)	1.733
Total	29.446	7.774	2.088	19.584	19.526

18 – Fornecedores

Legislação societária		
	2017	2016
Suprimento de energia elétrica	1.141	785
Materiais e serviços	40	139
Total	1.181	924

19 – Obrigações sociais e trabalhistas

Legislação societária		
	2017	2016
Empregados / Diretores	206	203
Férias	507	479
Tributos retidos na fonte	83	84
Consignações em favor de permissão e ou terceiros	1	-
Total	797	766

20 – Tributos

Legislação societária		
	2017	2016
PIS	-	-
COFINS	-	-
PIS/COFINS/CSLL	1	1
ICMS	73	57
ISS	-	1
Previdência social – Empresa	82	76
FGTS	33	31
PIS	4	4
Total	193	170

21 – Provisão para litígios

21.1 – Circulante

Legislação societária		
	2017	2016
Trabalhista	369	188
Cíveis	186	35
Fiscais	28	28
Total	583	251

21.2 – Não circulante

Legislação societária		
	2017	2016
Fiscais	1.605	1.605
Total	1.605	1.605

21.3 – Provisões para contingência

Legislação societária						
2017			2016			
Valor da provisão			Valor da provisão			
Litígios	No exercício	Acumulada	Depósitos judiciais	No exercício	Acumulada	Depósitos judiciais
Trabalhistas						
Diversos	182	188	-	188	-	-
Subtotal	182	188	-	188	-	-
Cíveis						
Diversos	151	35	-	14	21	-
Subtotal	151	35	-	14	21	-
Fiscais						
ISS	-	27	-	27	-	-
PIS	-	286	-	-	286	-
COFINS	-	1.319	-	-	1.319	-
Subtotal	-	1.632	-	27	1.605	-
Total	333	1.855	-	229	1.626	-

22 – Encargos setoriais

Legislação societária		
	2017	2016
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	22	102
Programa de eficiência energética – PEE	-	272
Conta de desenvolvimento energético – CDE	-	206
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica – TFSEE	6	5
Demais encargos setoriais	1	1
Total	29	586

23 – Passivos regulatórios

Legislação societária		
	2017	2016
Neutralidade da parcela “A”	357	959
Adicional bandeiras (Devolução)	-	1.431
Encargos	-	57
Adicional bandeiras	530	92
Total	887	2.539

24 – Outros passivos circulantes

Legislação societária		
	2017	2016
Consumidores	7	8
Crédito convênio arrecadação – COSIP	142	72
Convênio arrecadação – Associações	23	26
Cooperativa central Aurora alimentos	668	525
Total	840	631

25 – Obrigações vinculadas a permissão

	Custo	Amortização acumulada	Legislação societária	
			2017 Valor líquido	2016 Valor líquido
Em serviço				
Distribuição	1.484	155	1.329	996
Bens da permissão	1.484	155	1.329	996
Em curso				
Distribuição	758	-	758	683
Bens da permissão	758	-	758	683
Total	2.242	155	2.087	1.679

26 – Capital social

Legislação societária		
	2017	2016
Capital subscrito	3.211	3.179
(-) Capital a integralizar	(11)	(12)
Total	3.200	3.167

27 – Reservas de capital

Legislação societária		
	2017	2016
Reserva de associados	27	27
Total	27	27

28 – Reservas de sobras

Legislação societária		
	2017	2016
Fundo de reserva legal	9.208	8.927
Fundo de assistência técnica educacional e social	831	540
Fundo de apoio a iluminação pública	752	752
Fundo exp. e manutenção do serviço de distribuição	8.569	6.786
Total	19.360	17.005

29 – Sobras acumuladas

Legislação societária		
	2017	2016
Sobras a disposição da AGO	982	380
Total	982	380

30 – Receita operacional**30.1 – Fornecimento de energia elétrica**

Legislação societária		
	2017	2016
Residencial	7.762	7.967
Industrial	15.952	14.584
Comercial	3.585	3.520
Rural	1.592	1.519
Podere s públicos	340	349
Iluminação pública	1.027	977
Serviços públicos	302	270
(-) Devolução de energia	(28)	(23)
Neutralidade da parcela "A"	649	(735)
Renda não faturada	231	(116)
(-) Transferência para obrigações especiais	(91)	(75)
Consumidores livres - industrial	2.067	1.789
Demais ativos e passivos setoriais - bandeiras	1.431	477
Total	34.819	30.503

30.2 – Serviços cobráveis

Legislação societária		
	2017	2016
Taxas de serviços	17	15
Total	17	15

30.3 – Doações, contribuições e subvenções

Legislação societária		
	2017	2016
Recursos rec. ELETROBRÁS - CDE – baixa renda	61	59
Recursos rec. ELETROBRÁS - CDE - rural	575	600
Recursos rec. ELETROBRÁS - CDE – serv. público	48	33
Recursos rec. ELETROBRÁS - CDE – fonte incentivada	160	-
Recursos rec. ELETROBRÁS - CDE – densidade carga	531	-
Total	1.375	692

30.4 – Outras receitas operacionais

Legislação societária		
	2017	2016
Uso de redes compartilhado	268	232
Renda da prestação de serviços	-	-
Administração COSIP	130	129
Receita com construção	4.198	3.697
Ganho na alienação de materiais	3	76
Reversão da provisão trabalhista	-	-
Total	4.599	4.134

31 – (-) Deduções da receita operacional**31.1 - Tributos**

Legislação societária		
	2017	2016
ICMS	7.996	7.526
Total	7.996	7.526

31.2 – Encargos do consumidor

Legislação societária		
	2017	2016
Programa de pesquisa e desenvolvimento – P&D	-	70
Programa de eficiência energética – PEE	-	67
Conta de desenvolvimento energético – CDE	2.431	3.199
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica – TFSEE	59	48
Adicional bandeiras	1.658	697
Total	4.148	4.081

32 – (-) Custo do serviço de energia elétrica

Legislação societária		
	2017	2016
Microgeração	7	-
Energia elétrica comprada para revenda	5.921	5.358
Encargos de uso do sistema	4.230	3.370
Energia PROINFA	639	444
Total	10.797	9.172

33 – Custo de operação

33.1 – Pessoal e administradores

Legislação societária		
	2017	2016
Pessoal	5.964	5.133
Administradores	437	398
Total	6.401	5.531

33.2 – Demais custos operacionais

Legislação societária		
	2017	2016
Material	1.442	1.324
Serviços de terceiros	1.185	1.169
Arrendamentos e aluguéis	2	2
Seguros	38	23
Provisões	215	85
Tributos	30	62
Amortização	1.140	1.003
Total	4.052	3.668

33.3 – Gastos diversos

Legislação societária		
	2017	2016
Indenização por perdas e danos	154	71
Custo com construção	4.198	3.697
Organizações e federações	24	64
Outros	113	134
Total	4.489	3.966

33.4 – Outras despesas operacionais

Legislação societária		
	2017	2016
Perdas na alienação e desativação	167	215
Outras despesas	174	171
Total	341	386

34 – Resultado financeiro

Legislação societária		
	2017	2016
Receitas financeiras	291	359
Despesas financeiras	(72)	(286)
Total	219	73

35 – Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

A Lei nº 5.764/71 define como isenta as operações com associados, portanto a COOPERCOCAL, como opera somente com associados, não provisionou impostos de renda e contribuição social.

36 – Participação nos resultados

A COOPERCOCAL não possui nenhum programa de participação nas sobras da empresa direcionada aos empregados.

37 – Plano previdenciário e outros benefícios aos empregados

Legislação societária		
	2017	2016
Plano de saúde	160	132
Vale transporte	-	1
Vale alimentação	321	241
Seguro de vida	32	25
Cursos, treinamentos e outros	110	85
Bolsa de estudo	17	14
Total	640	498

- Plano de saúde Unimed Uniflex Sul para colaboradores e Co-Participação 50% para dependentes.
- Seguro de vida;
- Bolsa de estudo – com limite de R\$ 130,00;
- Convênio para saúde ocupacional e segurança no trabalho.

38 – Transações com partes relacionadas

A COOPERCOCAL não efetuou transações com partes relacionadas no exercício de 2017.

39 – Instrumentos financeiros**a) Considerações gerais**

A permissionária avalia que os riscos são mínimos, pois não existe concentração de parte contrária, e as operações são realizadas com bancos de reconhecida solidez, dentro de limites aprovados pelo conselho de administração.

b) Concentração de risco de crédito

Parte substancial das vendas é bastante pulverizada a um grande número de consumidores. No caso desses consumidores, o risco de crédito é mínimo devido à grande carteira e aos procedimentos de controle, os quais monitoram esse risco.

Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face à eventuais perdas na realização destes.

Existem consumidores com montantes expressivos que possam significar risco a atividade.

c) Moeda estrangeira

A COOPERCOCAL não contratou operações com moeda estrangeira no exercício de 2017.

d) Riscos de liquidez

O risco de liquidez é medido pela capacidade da cooperativa cumprir com suas obrigações de curto prazo, médio prazo e longo prazo, tendo presente a sua estrutura de reservas financeiras, de ativos e linhas de crédito disponíveis para captação de novos recursos e principalmente fluxo de caixa.

Na data base das demonstrações contábeis, o índice liquidez corrente e liquidez geral eram de 1,50 e 1,08 respectivamente, não havendo indicativo de falta de capacidade de liquidação das obrigações existentes, sejam de curto, médio e longo prazo.

40 – Demonstrações do resultado do exercício segregado por atividade

Em atendimento às instruções e orientações da ANEEL, apresentamos as Demonstrações do Resultado do Exercício Segregado por Atividade, em 31 de dezembro de 2017, das Unidades de Negócio: Geração (GER), Transmissão (TRA), Distribuição (DIS), Atividades não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica (AV) e o Consolidado (CONS).

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - SEGREGADO POR ATIVIDADES
COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL
CNPJ 86.532.348/0001-45
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos milhares de reais)

	Legislação societária				
	GER	TRA	DIS	AV	CONS
Receita operacional bruta	-	-	40.810	-	40.810
Fornecimento de energia elétrica	-	-	34.819	-	34.819
Serviços cobráveis			17		17
Doações, contribuições e subvenções	-	-	1.375	-	1.375
Outras receitas operacionais	-	-	4.599	-	4.599
(-) Deduções da receita operacional	-	-	12.144	-	12.144
ICMS	-	-	7.996	-	7.996
Encargos setoriais	-	-	4.148	-	4.148
(=) Receita operacional líquida	-	-	28.666	-	28.666
(-) Custo do serviço de energia elétrica	-	-	26.080	-	26.080
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	6.566	-	6.566
Encargo de uso do sistema de distribuição	-	-	4.230	-	4.230
Custo de operação	-	-	15.284	-	15.284
Pessoal e administradores	-	-	6.401	-	6.401
Material	-	-	1.442	-	1.442
Serviços de terceiros	-	-	1.185	-	1.185
Arrendamentos e aluguéis	-	-	2	-	2
Amortização	-	-	1.140	-	1.140
Provisões	-	-	215	-	215
Outros	-	-	4.899	-	4.899
(=) Sobra operacional bruta	-	-	2.586	-	2.586
(+/-) Receita (despesas) financeiras	-	-	219	-	219
(=) Sobras antes da CS e IR	-	-	2.805	-	2.805
(-) Contribuição social	-	-	-	-	-
(-) Imposto de renda	-	-	-	-	-
(=) Sobras líquida do exercício	-	-	2.805	-	2.805

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Altair Lorival de Mélo
 Presidente
 CPF 344.212.629-00

Diogo de Fáveri Ramos
 Contador
 CRC/SC 033492/O-6

40.1 – Principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações por unidade de negócio

Na Unidade de Negócio foram consideradas as receitas operacionais faturadas aos consumidores externos, por transferências de preço contratadas entre as partes conforme segue abaixo:

Unidade	Receita de unidade	
	D	Total
Geração – G	-	-
Transmissão – T	-	-
Distribuição – D	40.810	40.810
Atividades não vinculadas - AV	-	-
Total	40.810	40.810

40.1.1 – Conciliação das demonstrações de resultado

	Unidade de negócio	Permissionária	Diferença
Receita operacional	40.810	40.810	-
Deduções da receita operacional	12.144	12.144	-
Receita operacional líquida	28.666	28.666	-
Despesas operacionais	26.080	26.080	-
Resultado do serviço	2.586	2.586	-
Sobra antes da tributação e participações	2.805	2.805	-
Sobra líquida do exercício	2.805	2.805	-

As receitas e despesas operacionais estão contabilizadas em cada Unidade de Negócio, acrescidas dos valores apurados, com base nas receitas transferidas entre as mesmas.

As deduções, tais como, impostos e contribuições, foram calculados sobre o montante das receitas escrituradas e virtuais, aplicando-se as alíquotas ou taxas efetivamente incorridas na permissionária.

As receitas financeiras, oriundas de multas e juros sobre atraso no pagamento de energia elétrica, foram classificadas na unidade de negócio.

41 - Seguros

Riscos	Data da vigência	Importância segurada	Premio liquido
Equipamentos nomeados	09/05/2018	6.000	9
Incêndio – imóveis próprios – sede administrativa	21/06/2018	7.000	4
Veículos – Volkswagen Voyage – placa MHU 2069	11/05/2018	100%	2
Veículos – Volkswagen Gol – placa MKD 5087	18/04/2018	100%	2
Veículos – Volkswagen Gol – placa QIP 6935	18/04/2018	100%	2
Equipamentos – 9 transformador regulador tensão	24/02/2018	450	5

Equipamentos nomeados

Na apólice contratada foi destacada a subestação 69 KV - COOPERCOCAL, nomeando os principais equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, queda de raios e explosão de qualquer natureza e cobertura adicional contra possíveis danos elétricos, riscos diversos, riscos para equipamentos eletrônicos e informática.

Veículos

A avaliação dos veículos atende a publicações da FIPE no estado de Santa Catarina, sendo a base para indenização de sinistro quando ocorrer perda total.

42 – Eventos subsequentes

Os eventos subsequentes que poderão causar impacto na posição patrimonial, na financeira, no resultado e nas atividades são:

- Efeitos econômicos de instabilidade política e social;
- Marcos regulatórios que impactem substancialmente as tarifas de fornecimento.
- Migração expressiva de consumidores cativo ao mercado livre.

Altair Lorival de Mélo
Presidente
CPF 344.212.629-00

Diogo de Fáveri Ramos
Contador
CRC/SC 033492/O-6



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

BALANÇO PATRIMONIAL
COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL

CNPJ 86.532.348/0001-45

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos milhares de reais)

	Notas	2017	2016
Ativo			
Ativo circulante		6.757	5.993
Caixa e equivalentes de caixa	7	1.527	1.316
Consumidores	4	4.422	3.649
Serviços em curso		-	345
Depósitos judiciais e cauções		18	
Tributos compensáveis		126	318
Almoxarifado operacional		195	165
Despesas pagas antecipadamente		12	6
Ativos financeiros setoriais	6	345	55
Outros ativos circulantes		112	139
Ativo não circulante		28.755	27.954
Consumidores		60	60
Tributos compensáveis		126	192
Outros ativos não circulantes		6	161
Bens e atividades não vinculadas à concessão		1.256	1.158
Imobilizado	5	27.178	26.311
Intangível		129	72
Total do ativo		35.512	33.947

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Altair Lorival de Mélo
Presidente
CPF 344.212.629-00

Diogo de Fáveri Ramos
Contador
CRC/SC 033492/O-6

BALANÇO PATRIMONIAL
COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL
CNPJ 86.532.348/0001-45
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos milhares de reais)

	Notas	2017	2016
Passivo			
Passivo circulante		4.510	5.867
Fornecedores		1.181	924
Obrigações sociais e trabalhistas		797	766
Tributos		193	170
Provisão para litígios	9	583	251
Encargos setoriais		29	586
Passivos financeiros setoriais	6	887	2.539
Outros passivo circulantes		840	631
Passivo não circulante		3.692	3.284
Provisão para litígios	9	1.605	1.605
Obrigações vinculadas a permissão	10	2.087	1.679
Total do passivo		8.202	9.151
Patrimônio líquido	11		
Capital social		3.200	3.167
Reserva de capital		27	27
Outros resultados abrangentes		4.717	4.888
Reserva de Sobras		18.491	16.446
Sobras a disposição da AGO		875	268
Total do patrimônio líquido		27.310	24.796
Total do passivo e do patrimônio líquido		35.512	33.947

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Altair Lorival de Mélo
 Presidente
 CPF 344.212.629-00

Diogo de Fáveri Ramos
 Contador
 CRC/SC 033492/O-6

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL
CNPJ 86.532.348/0001-45
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos milhares de reais)

	Notas	2017	2016
Operações em Continuidade			
Receita / Ingresso		36.210	31.210
Fornecimento de energia elétrica	12	31.320	28.237
Disponibilização do sistema de distribuição		2.067	1.789
Ativos e passivos financeiros setoriais		1.431	477
Serviços cobráveis		17	15
Doações, contribuições e subvenções		1.375	692
Tributos		(7.996)	(7.526)
ICMS		(7.996)	(7.526)
Encargos - Parcela "A"		(4.148)	(4.081)
Pesquisa e desenvolvimento - p&d		-	(70)
Programa de eficiência energética - pee		-	(67)
Conta de desenvolvimento energético - cde		(2.431)	(3.199)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - tfsee		(59)	(48)
Outros encargos		(1.658)	(697)
Receita Líquida / Ingresso Líquido		24.066	19.603
Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"		(10.797)	(9.172)
Energia elétrica comprada para revenda		(6.567)	(5.802)
Encargo de uso do sistema de distribuição		(4.230)	(3.370)
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		13.269	10.431
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"		(11.049)	(9.790)
Pessoal e administradores	14	(6.401)	(5.531)
Material		(1.442)	(1.324)
Serviços de terceiros		(1.185)	(1.169)
Arrendamentos e aluguéis		(2)	(2)
Seguros		(38)	(23)
Provisões		(215)	(85)
(-) Recuperação de despesas		76	62
Tributos		(30)	(62)
Depreciação e amortização		(1.445)	(1.325)
Gastos diversos		(367)	(331)
Outras receitas operacionais		402	437
Outros despesas operacionais		(341)	(386)
Resultado da Atividade		2.281	692
Resultado financeiro		219	73
Receita financeiras		291	359
Despesas financeiras		(72)	(286)
Resultado Antes dos Impostos Sobre a sobras		2.500	765
(-) Contribuição social		-	-
(-) Imposto de renda		-	-
Resultado Líquido das Operações em Continuidade		2.500	765
Sobras por quotas-parte originada das operações em continuidade			
básico - sobras de operações continuadas atribuíveis aos associados		0,78	0,24

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Altair Lorival de Mélo
 Presidente
 CPF 344.212.629-00

Diogo de Fáveri Ramos
 Contador
 CRC/SC 033492/O-6

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL
CNPJ 86.532.348/0001-45
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos milhares de reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
SOBRA LÍQUIDA DO EXERCÍCIO	2.500	765
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Reversão Reserva de Reavaliação NBC TG 27 R2	-	-
Reversão Reserva do FATES NBC T 10.8 IT 01	-	-
(-) Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	2.500	765
RESULTADO COM TERCEIROS	-	-
Resultado Líquido do Exercício (Operações com não associados)	-	-
Base para destinações legais e estatutárias	2.500	765
Fundo de Reserva - Art. 55 - Estatuto Social - 10%	(250)	(76)
FATES - Art. 56 - Estatuto Social - 5%	(125)	(38)
Fundo Expansão e Manut. Serv. Distrib. - Art. 57 - Estatuto Social - 50%	(1.250)	(383)
(=) RESULTADO/SOBRA ABRANGENTE ATRIBUÍVEL AOS ASSOCIADOS NA AGO	875	268

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Altair Lorival de Mélo
 Presidente
 CPF 344.212.629-00

Diogo de Fáveri Ramos
 Contador
 CRC/SC 033492/O-6

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL
CNPJ 86.532.348/0001-45
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Reservas de Sobras			Fundo de expansão manut. Serv. de distrib.	Sobras a disposição da AGO	Total
				Fundo de reserva legal	FATES	Fundo de apoio II. pública			
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.145	27	5.087	8.784	312	752	4.689	1.256	24.052
Integralização de quotas	25	-	-	-	-	-	-	-	25
Devolução de quotas	(3)	-	-	-	-	-	-	-	(3)
VRN - reavaliação	-	-	(199)	-	-	-	-	-	(199)
Realização de reservas/fundos	-	-	-	-	(152)	-	-	(1.256)	(1.408)
Sobras do exercício	-	-	-	-	-	-	-	765	765
Destinação Estatutária:									
Fundo de reserva legal	-	-	-	76	-	-	-	(76)	-
FATES	-	-	-	-	346	-	-	(38)	308
Fundo exp. e manut. serv. distrib.	-	-	-	-	-	-	1.639	(383)	1.256
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.167	27	4.888	8.860	506	752	6.328	268	24.796
Integralização de quotas	38	-	-	-	-	-	-	-	38
Devolução de quotas	(5)	-	-	-	-	-	-	-	(5)
VRN - reavaliação	-	-	(171)	-	-	-	-	-	(171)
Realização de reservas/fundos	-	-	-	-	(154)	-	-	(268)	(422)
Sobras do exercício	-	-	-	-	-	-	-	2.500	2.500
Destinação Estatutária:									
Fundo de reserva legal	-	-	-	250	-	-	-	(250)	-
FATES	-	-	-	-	431	-	-	(125)	306
Fundo exp. e manut. serv. distrib.	-	-	-	-	-	-	1.518	(1.250)	268
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.200	27	4.717	9.110	783	752	7.846	875	27.310

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Altair Lorival de Mélo
 Presidente
 CPF 344.212.629-00

Diogo de Fáveri Ramos
 Contador
 CRC/SC 033492/O-6

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL
CNPJ 86.532.348/0001-45
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos milhares de reais)

	Notas	2017	2016
Atividades operacionais			
Sobra líquida do exercício		2.500	765
Ajuste ao resultado líquido		795	182
Depreciação e amortização		732	276
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		63	(94)
Resultado ajustado do exercício		3.295	947
Variações no ativo circulante		(615)	(197)
Consumidores		(835)	374
Serviços em curso		345	(298)
Depósitos judiciais e cauções		(18)	-
Tributos compensáveis		192	(272)
Amoxarifado operacional		(30)	1
Despesas antecipadas		(6)	-
Ativos financeiros setoriais		(290)	11
Outros ativos circulantes		27	(13)
Variações no passivo circulante		(1.357)	1.717
Fornecedores		258	193
Empréstimo, financiamentos		-	(262)
Obrigações sociais e trabalhistas		30	113
Tributos		23	(51)
Provisões para litígios		333	230
Encargos setoriais		(558)	260
Passivos financeiros setoriais		(1.652)	1.218
Outros passivos circulantes		209	16
Variações no ativo não circulante		220	(232)
Consumidores		-	(60)
Tributos compensáveis		65	(140)
Outros ativos não circulantes		155	(32)
Variações no passivo não circulante		409	116
Empréstimos e financiamentos		0	0
Obrigações vinculadas a permissão		409	116
Total das atividades operacionais		1.952	2.351
Atividades de investimento			
Aumento de investimento		(98)	(28)
Pagamento pela compra de bens para imobilizado		(1.656)	(2.802)
Total das atividades de investimento		(1.754)	(2.830)
Atividades de financiamento			
VNR - reavaliação		(171)	(200)
Utilização das reservas		151	156
Capital a integralizar		33	22
Total das atividades de financiamento		13	(22)
Total dos efeitos no caixa e equivalente de caixa		211	(501)
Saldo inicial de caixa		1.316	1.817
Saldo final de caixa		1.527	1.316
Varição do caixa e equivalente de caixa		211	(501)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Altair Lorival de Mélo
Presidente
CPF 344.212.629-00

Diogo de Fáveri Ramos
Contador
CRC/SC 033492/O-6

71

NOTAS EXPLICATIVAS REGULATÓRIAS

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (MME), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Cooperativa é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de permissão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com o contrato de permissão de distribuição, essa Coopercoocal está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da permissão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Cooperativa, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (Ajuste Escalar) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos custos da parcela “A” e parcela “B” mencionados acima, as permissões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Cooperativa pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus

negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Coopercoocal solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado “Livre Acesso”, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina e repassados as permissionárias supridas.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da Coopercoocal. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

3. Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis Societárias, em conjunto com as Notas Explicativas apresentadas nas páginas **31 a 64**, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

Ativos e passivos financeiros setoriais: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a

fórmula paramétrica definida no contrato de Permissão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de Permissão.

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em **24 de abril de 2014**. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (Permissão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Cooperccocal não agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando que os investimentos são financiados com recursos próprios advindos de resultados de exercícios e fundos estatutários. No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído

no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à Permissão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das permissionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reserva de reavaliação: não foi realizada qualquer reavaliação no balanço societário.

Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

A reavaliação foi registrada em 31 de março de 2014, com base em Laudo de Reavaliação de Ativos e está de acordo com os montantes homologados pela ANEEL no processo de revisão tarifária da data-base de 28 de setembro de 2014.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Coopercojal é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da

receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

4. Consumidores e Permissionárias e Permissionárias

Composição das Contas a Receber

DESCRIÇÃO	VALORES CORRENTES							VALORES RENEGOCIADOS					TOTAL 2017	TOTAL 2016
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA				Provisão p/ Devedores Duvidosos	RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA		Provisão p/ Devedores Duvidosos		
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias			
Fornecimento de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
- Residencial	700	-	90	5	29	43	77	8	3	2	4	5	901	741
- Industrial	1551	-	50	1	1	100	100	-	-	-	7	1	1.708	1.462
- Comercial	361	-	105	1	1	10	10	2	0	1	3	3	470	405
- Rural	64	-	34	85	140	7	7	1	371	1	-	-	200	148
- Poderes Públicos	20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20	7
- Iluminação Pública	19	-	-	-	-	-	55	-	-	-	-	-	19	32
- Serviço Público	28	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	28	23
- Serviço Taxado	3	-	0	0	0	2	2	-	-	-	-	-	4	2
- Fornecimento Não Faturado	765	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	765	534
- (-) Arrecadação Processo Classif.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica	177	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	177	150
Suprimento \ Encargo Rede Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL	3.789	0	478	6	31	216	251	11	4	4	14	9	4.293	3.504
Outros	125	-	0	3	5	11	19	-	-	-	-	-	128	145
TOTAL	3.914	0	479	9	35	230	270	11	4	4	14	9	4.422	3.649

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída para fazer face de eventuais créditos de liquidação duvidosa, conforme determina o MCSE – Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – Resolução ANEEL nº. 605, de 11/03/2014, item 7.2.8 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, enquadrados nas seguintes condições:

Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;

Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias; e
Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

Esta provisão é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

Os parcelamentos de débitos estão reconhecidos em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber.

5. Imobilizado

A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Reava- liação	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depre- ciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016	Obriga- ções Especiais Brutas	Amorti- zação Acum.	Obriga- ções Especiais Líquidas
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservatórios, barragens e adutoras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	33.817	4.505	1.274	-	-	37.048	3.231	(11.005)	26.043	23.485	-	-	-
Terrenos	163	-	-	-	-	163	-	-	163	163	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	250	26	11	-	-	265	37	(100)	165	157	-	-	-
Máquinas e equipamentos	32.934	4.479	1.263	-	-	36.150	3.216	(10.614)	25.536	22.944	-	-	-
Veículos	447	-	-	-	-	447	-	(275)	172	213	-	-	-
Móveis e utensílios	23	-	-	-	-	23	-	(16)	7	8	-	-	-
Administração	908	64	21	-	-	951	43	(532)	419	410	-	-	-
Terrenos	2	-	-	-	-	2	-	-	2	2	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	552	-	-	-	-	552	-	(299)	253	271	-	-	-
Máquinas e equipamentos	209	19	21	-	-	207	(1)	(108)	100	108	-	-	-
Veículos	70	40	-	-	-	110	40	(66)	43	11	-	-	-
Móveis e utensílios	76	5	-	-	-	80	5	(59)	21	19	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	34.724	4.569	1.295	-	-	37.999	3.274	(11.537)	26.462	23.895	-	-	-
Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe- rências (C)	Reava- liação	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depre- ciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016	Obriga- ções Especiais Brutas	Amorti- zação Acum.	Obriga- ções Especiais Líquidas
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	2.416	9.386	11.086	-	-	716	(1.700)	-	716	2.416	-	-	-
Máquinas e equipamentos	459	4.036	4.486	-	-	9	(450)	-	9	459	-	-	-
Outros	1.957	5.350	6.600	-	-	707	(1.250)	-	707	1.957	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	2.416	9.386	11.086	-	-	716	(1.700)	-	716	2.416	-	-	-
Total do Ativo Imobilizado	37.141	13.955	12.381	-	-	38.715	1.574	(11.537)	27.178	26.311	-	-	-

A composição do intangível é como segue:

Ativo Intangível em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Reava-liação	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amorti-zação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
Distribuição	152	83	-	-	-	234	83	111	123	63
Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	152	83	-	-	-	234	83	111	123	63
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	20	-	-	-	-	20	-	14	6	8
Softwares	20	-	-	-	-	20	-	14	6	8
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	172	83	-	-	-	255	83	125	129	72
Ativo Intangível em Curso - R\$ Mil										
Distribuição	-	83	83	-	-	-	-	-	-	-
Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	83	83	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	83	83	-	-	-	-	-	-	-
Total do Ativo Intangível	172	165	83	-	-	255	83	125	129	72

A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Reava-liação	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)
AIS Bruto	32.934	4.479	1.263	-	-	36.150	3.216
Transformador de Distribuição	6.940	358	594	-	-	6.704	(236)
Medidor	1.582	126	75	-	-	1.633	51
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	5.742	590	137	-	-	6.195	453
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	12.926	1.248	400	-	-	13.774	848
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	3.516	2.065	17	-	-	5.564	2.048
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	2.228	92	40	-	-	2.280	52
Obrigações Especiais do AIS Bruto	1.101	384	-	-	-	1.484	384
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	1.101	384	-	-	-	1.484	384
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Originadas da Receita	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-

	2017			2016	
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Distribuição	4,28	37.282	11.117	26.165	23.548
Custo histórico	3,87	29.327	7.014	22.313	19.205
Correção monetária especial		-	-	-	-
Reavaliação	4,69	7.955	4.102	3.852	4.343
Administração	4,62	971	546	425	418
Custo histórico	5,15	1.297	760	537	544
Correção monetária especial		-	-	-	-
Reavaliação	4,09	(326)	(215)	(111)	(126)
Comercialização		-	-	-	-
Custo histórico		-	-	-	-
Correção monetária especial		-	-	-	-
Reavaliação		-	-	-	-
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		-	-	-	-
Custo histórico		-	-	-	-
Reavaliação		-	-	-	-
		38.253	11.662	26.590	23.966
Em curso					
Geração		-	-	-	-
Transmissão		-	-	-	-
Distribuição		-	-	716	2.416
Administração		-	-	-	-
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		-	-	-	-
		-	-	716	2.416
		38.253	11.662	27.307	26.383

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Juros Capitalizados	Depreciação/ Amortização	Outros Gastos	Total
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-
Reservatórios, Barragens e Adutoras	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	23	-	-	-	-	23
Máquinas e Equipamentos	3.496	296	245	-	-	50	4.088
Móveis e Utensílios	5	-	-	-	-	-	5
A Ratear	-	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento de Projetos	-	-	-	-	-	-	-
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais	124	46	-	-	-	-	170
Material em Depósito	2.730	-	-	-	-	-	2.730
Compras em Andamento	2.436	-	-	-	-	-	2.436
Adiantamentos a Fornecedores	90	-	-	-	-	-	90
Depósitos Judiciais	-	-	-	-	-	-	-
Outros	83	-	-	-	-	-	83
Total das Adições	8.963	365	245	-	-	50	9.624

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 674/2015 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Distribuição	
Banco de capacitores classe de tensão inferior a 69KV	6,67%
Chave de distribuição classe de tensão inferior a 69KV	6,67%
Condutor do sistema classe de tensão inferior a 69KV	3,57%
Estrutura (poste) do sistema	3,57%
Regulador de tensão classe de tensão inferior a 69KV	4,35%
Transformador de classe de tensão inferior a 69KV	4,00%
Administração central	
Servidor ML 350P - Equipamento geral de informatica	16,67%
Servidor ML 350P - Equipamento geral de informatica	5,88%
Sistema de cabo de fibra optica - Sistema de comunicação local	6,67%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das Permissões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à Permissão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na Permissão.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Controladora	
Descrição do bem	em R\$ mil
1. AMPLIAÇÃO DA SUBESTAÇÃO 69KV - INSTALAÇÃO 2º TRANSFORMADOR	1.823
2. INSTALAÇÃO DE NOVA SAÍDA 13,8KV COM RELIGADOR CSL-06/ELIANE	241
3. EXPANSÃO - ESTENDER REDE DE MT.	93
4. SOFTWARE P&D 2015/2017	83
5. EXPANSÃO - ESTENDER REDE DE MT E INSTALAR TRANSFORMADOR	68
6. EXPANSÃO - IMPLANTAR POSTES E ESTENDER REDE DE MT	67
7. EXPANSÃO - SUBSTITUIR POSTES E LANÇAR CONDUTORES DE MT	64
8. EXPANSÃO - IMPLANTAR POSTES E DESLOCAR REDE DE BT E MT	62
9. EXPANSÃO - DESLOCAR REDE DE MT PARA ESTRADA	61
10. EXPANSÃO - IMPLANTAR POSTES E DESLOCAR REDE DE BT E MT	45

As dez principais baixas (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Controladora	
Descrição do bem	em R\$ mil
1. LINHAS E REDES DE DIST. AEREA URBANA FEVEREIRO (2017)	95
2. DESATIVAÇÃO RETIRAR REGULADORES DANIFICADOS	93
3. LINHAS E REDES DE DIST. AEREA URBANA JUNHO (2017)	84
4. DESATIVAÇÃO DE REDE	48
5. SUBSTITUIR TRANSFORMADOR TRIFÁSICO PARA MONOFÁSICO	41
6. DESATIVAR REDE E POSTES E LANÇAR CONDUTORES	40
7. LINHAS E REDES DE DIST. AEREA URBANA JANEIRO (2017)	35
8. DESLOCAR REDE DE MT PARA ESTRADA	35
9. LINHAS E REDES DE DIST. AEREA RURAL FEVEREIRO (2017)	34
10. IMPLANTAR POSTES E DESLOCAR REDE DE BT E MT	32

6. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

Demais ativos e passivos financeiros setoriais

Neutralidade da Parcela "A"

É o valor apurado referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de permissão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da parcela "A".

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2016	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2017	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	55	1.504	1.213	-	-	345	-	-	-	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	55	1.504	1.213	-	-	345	-	-	-	-
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	55	1.504	1.213	-	-	345	-	-	-	-

A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2016	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2017	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Passivos Financeiros Setoriais	2.539	2.322	3.975	2	-	887	343	15	358	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	959	445	1.047	1	-	358	343	15	358	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Devoluções Tarifárias	1.431	-	1.431	-	-	-	-	-	-	-
Adicional Bandeiras	92	1.658	1.221	-	-	530	-	-	-	-
Outros	57	218	276	1	-	-	-	-	-	-
Total Passivos Financeiros Setoriais	2.539	2.322	3.975	2	-	887	343	15	358	-

7. Empréstimos e Financiamentos

Abertura do Endividamento – R\$ Mil

A permissionária não possui Empréstimos e Financiamentos no exercício.

Abertura dos Ativos Financeiros – R\$ Mil

LIN	INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pcto Juros	Frequência Pcto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização						
															2016	2017	2018	2019+	Total	
9	Ativos Financeiros	32	1.495	-	1.527											-	-	-	-	-
9.1	Caixa e Aplicações Financeiras	32	1.495	-	1.527	Selecionar	Selecionar			Selecionar			Selecionar	Selecionar		-	-	-	-	-
9.11	Saldo Final de Caixa - Conta 111	-	503	-	503	sim										-	-	-	-	-
9.12	Aplic. Financ. CDB	32	992	-	1.024	sim	CDB DI		Diária	Diária						-	-	-	-	-
9.13	Aplic. Financ. Fundos DI	-	-	-	-	sim	CDI		Diária	Diária						-	-	-	-	-
9.14	Aplic. Financ. Outros Fundos de Invest.	-	-	-	-	sim	CDI		Diária	Diária						-	-	-	-	-
9.15	Aplic. Financ. ou Ativo Financ. 01	-	-	-	-											-	-	-	-	-
9.16	Aplic. Financ. ou Ativo Financ. 02	-	-	-	-											-	-	-	-	-
9.2	Mútuos Ativos	-	-	-	-	Selecionar	Selecionar			Selecionar			Selecionar	Selecionar		-	-	-	-	-
9.2.1	Mútuos 01	-	-	-	-											-	-	-	-	-
9.2.6	Mútuos 02	-	-	-	-											-	-	-	-	-

Abertura dos Instrumentos Derivativos – R\$ Mil

A permissionária não possui Instrumentos Derivativos no exercício.

Composição do Endividamento e Dívida Líquida - R\$ Mil

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2017	Total 2016
Dívida Bruta	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	-	-	-	-
Tributária	-	-	-	-	-
Fundo de Pensão	-	-	-	-	-
Intrassetoriais	-	-	-	-	-
Mútuos Passivos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-
Intrassetoriais Corrente em Atraso	-	-	-	-	-
Tributária Corrente em Atraso	-	-	-	-	-
Derivativos a Pagar	-	-	-	-	-
Ativos Financeiros	1.527	-	-	1.527	1.316
Alta Liquidez	503	-	-	503	258
Demais Aplicações Financeiras	1.024	-	-	1.024	1.059
Derivativos a Receber	-	-	-	-	-
Mútuos Ativos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
Dívida Líquida	-	-	-	-	-

8. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias não são demonstrados porque a permissionária não apurou Imposto de Renda e Contribuição Social no exercício.

Isto ocorre porque está inclusa no regime tributário de apuração do lucro real, não tributou operações com associados, isentos na forma determinada pela Lei nº 5.764/91.

9. Provisões para Litígios

R\$ Mil	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Ambientais	Regulatórios	Outros	Total
Saldos em 31/12/2016	188	35	1.633	-	-	-	1.856
Constituição	183	151	-	-	-	-	334
Baixas/reversão	1	-	-	-	-	-	1
Atualização	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2017	369	186	1.633	-	-	-	2.188

10. Obrigações vinculadas à Permissão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à permissão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Segue a composição destas obrigações:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação - Taxa Média Anual	Custo Histórico	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total
Em serviço	-	1.484	-	-	1.484
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	4,01	4	-	-	4
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	3,43	1.329	-	-	1.329
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	2,72	151	-	-	151
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS	155	-	-	-	155
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	1	-	-	-	1
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	145	-	-	-	145
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	9	-	-	-	9
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Total	155	1.484	-	-	1.330

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Reava-liação	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amorti-zação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
Em serviço	1.101	384	-	-	-	1.484	384	-	1.484	1.101
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	4	-	-	-	-	4	-	-	4	4
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	1.028	301	-	-	-	1.329	301	-	1.329	1.028
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	69	83	-	-	-	151	83	-	151	69
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS	105	50	-	-	-	155	50	-	155	105
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	1	-	-	-	-	1	-	-	1	1
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	100	46	-	-	-	145	46	-	145	100
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	5	4	-	-	-	9	4	-	9	5
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Reava-liação	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amorti-zação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
Em curso	682	376	301	-	-	757	75	-	757	683
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	75	285	301	-	-	59	(16)	-	59	75
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Pendentes de Recebimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Não Aplicados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	607	91	-	-	-	698	91	-	698	608
Ultrapassagem de demanda	277	48	-	-	-	325	48	-	325	277
Excedente de reativos	330	43	-	-	-	373	43	-	373	330
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	1.678	710	301	-	-	2.087	508	-	2.087	1.679

As principais adições (pelo critério de valor) de obrigações especiais no exercício foram:

Controladora	
Descrição do bem	em R\$ mil
1. CONSTRUÇÃO DO LOTEAMENTO PEDRO LOCATELLI	126
2. CONSTRUÇÃO DO LOTEAMENTO RESIDENCIAL TOVENA	46
3. CONSTRUÇÃO DO LOTEAMENTO PIE MONTE	35
4. CONSTRUÇÃO DO COND. RESIDENCIAL QUINTINO DE NONI	32
5. CONSTRUÇÃO DO LOTEAMENTO SANTINO PERICO	27
6. CONSTRUÇÃO DO LOTEAMENTO CORRÊA	18
7. CONSTRUÇÃO DO LOTEAMENTO LUCIA GIASSI III	16
8.	-
9.	-
10.	-

As principais baixas (pelo critério de valor) de obrigações especiais no exercício foram:

A permissionária não registrou baixas de obrigações especiais no exercício.

11. Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2017 e de R\$ 3.200 mil, sendo constituído de quotas-partes conforme artigo 18º do estatuto social.

“Art. 18. O capital social da Coopercocal é representado por quotas - partes no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, não tendo limite quanto ao máximo, variando conforme o número de cotas subscritas, porém nunca inferior a R\$ 1.000,00 (um mil reais).”

	2017	2016
Capital subscrito	3.211	3.179
(-) Capital a integralizar	(12)	(12)
	3.200	3.167

Reservas de Capital

Reservas de Capital	2017	2016
Remuneração do imobilizado em curso até 31/12/2001	-	-
Doações e subvenções para investimentos	-	-
Conta de resultados a compensar (CRC)	-	-
Outras	27	27
	27	27

Outros resultados abrangentes

Outros Resultados Abrangentes	2017	2016
Reavaliação regulatória	4.717	4.888
	4.717	4.888

Reservas de sobras

Reservas de Sobras	2017	2016
Reserva legal	9.110	8.860
Lucros a realizar	-	-
Reserva para investimentos	7.847	6.328
Fundo de assistência técnica educacional e social	782	506
Fundo de apoio a iluminação pública	752	752
	18.491	16.446

Sobras

Sobras	2017	2016
Sobras a disposição da AGO	875	268
	875	268

A reserva legal é constituída com base em 10% da sobra líquida do exercício atendendo ao estatuto social e legislação societária.

Ajustes de exercícios anteriores

A permissionária não apresentou em suas demonstrações ajustes de exercícios

anteriores.

12. Receita Operacional Bruta

Receita Bruta	Nº Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Fornecimento - Faturado	10.478	10.208	78.118	72.202	30.530	29.162
Residencial	7.743	7.533	19.100	18.819	7.737	7.949
Industrial	353	350	39.910	34.959	15.950	14.583
Comercial	860	829	7.993	7.655	3.583	3.516
Rural	1.368	1.343	5.526	5.381	1.591	1.518
Poder público	128	129	780	775	340	349
Poder público Iluminação pública Serviço público	-	-	-	-	-	-
Iluminação pública	9	9	3.899	3.778	1.027	977
Serviço público	17	15	910	835	302	270
Suprimento Faturado					-	-
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	10.478	10.208	-	-	2.067	1.789
Consumidores Cativos	10.477	10.207				-
Consumidores Livres	1	1			2.067	1.789
Encargos de conexão de agentes de geração						-
Permissionárias						-
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado						-
(-) Transferências					(91)	(75)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda					(48)	(31)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos					(43)	(44)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Difer. Perdas Regulatórias						-
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado					231	(116)
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva						-
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução						-
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Financeiros					2.080	(258)
Setoriais						-
Serviços Cobráveis					17	15
Subvenções vinculadas ao serviço concedido					1.375	692
Total					36.210	31.210

13. Compra e venda de energia elétrica de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica– CCEE

Nos exercícios de 2017 e 2016, a Coopercojal não efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

14. Pessoal e Administradores

Pessoal e Administradores	2017	2016
Pessoal	5.964	5.133
Remuneração	3.380	2.997
Encargos	1.209	1.069
Previdência privada - Corrente	-	-
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial	-	-
Programa de demissão voluntária	-	-
Despesas rescisórias	314	62
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	-	-
Outros benefícios - Corrente	681	542
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	-	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Outros	381	463
Administradores	437	398
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	426	389
Benefícios dos administradores	11	9
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Total	6.401	5.531

15. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

A permissionária não apurou Imposto de Renda e Contribuição Social no exercício, pois esta inclusa no regime tributário de apuração do lucro real, não tributou operações com associados, isentos na forma determinada pela Lei nº 5.764/91.

16. Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

A permissionária não atua nos negócios de geração, transmissão e comercialização.

Principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações por Unidades de Negócio:

A permissionária possui somente uma Unidade de Negócio.

Receita da unidade	G	T	D	ANV	Total
Geração - G	-	-	-	-	-
Transmissão - T	-	-	-	-	-
Distribuição - D	-	-	36.210	-	36.210
Atividades não vinculadas - ANV	-	-	-	-	-
	-	-	36.210	-	36.210

Conciliação das demonstrações de resultado

	Unidade de negócio	Outorgada	Diferença
Receita	36.210	36.210	-
Deduções da receita	12.144	12.144	-
Receita líquida	24.066	24.066	-
Gastos	21.845	21.845	-
Resultado do serviço	2.281	2.281	-
Sobras antes da tributação e participações	2.500	2.500	-
Sobras líquidas (perdas) do exercício	2.500	2.500	-

17. Revisão e Reajuste Tarifário

17.1. Revisão Tarifária Periódica

A ANEEL submeteu à Audiência Pública nº 19/2011. as metodologias e os critérios gerais para o primeiro ciclo de revisões tarifárias periódicas das permissionárias de serviço público de distribuição de energia.

Após análise das contribuições recebidas, a ANEEL aprimorou as propostas metodológicas e as submeteu à primeira etapa de Audiência Pública, de modo a proporcionar aos interessados a oportunidade de oferecer contribuições adicionais para a metodologia e critérios a serem adotados.

Por fim, a Resolução Normativa nº 537, de 15 de março de 2013, alterada pela Resolução Normativa nº 555 de 27, de junho de 2013, aprovou o Módulo 8.1 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, o qual definiu a metodologia e os procedimentos gerais para realização do primeiro Ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas das Permissionárias de Distribuição de Energia Elétrica - CRTP.

As tarifas, homologadas produziram efeitos retroativos a partir de 28 de setembro de 2014 até 27 de setembro de 2015. Em setembro de 2014, a ANEEL homologou a revisão tarifária da Cooperccocal através da Resolução Homologatória nº 1.795./2014.

Com base no laudo de avaliação da base de remuneração regulatória a ser encaminhado para análise da ANEEL e nos demais componentes da tarifa atualizados de acordo com a metodologia dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, essa permissionária estima que as tarifas de fornecimento serão aumentadas quando definidas pela ANEEL.

Essa situação somente será analisada após a opção de aplicação da metodologia do 2º ciclo para as tarifas da Cooperativa.

Adicionalmente, por meio da Audiência Pública nº 062/2015, foram discutidas alterações na estrutura tarifária das permissionárias, a serem aplicadas em grande parte na próxima revisão tarifária. Essas alterações foram consolidadas na alteração dos Submódulos 8.1, 8.2, 8.3 e acrescentou o Submódulo 8.4 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, aprovado pela Resolução Normativa nº 704, de 28 de março de 2016.

Através de aditivo de contrato a permissionária aderiu a metodologia do Submódulo 8.4 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, aprovado pela Resolução Normativa nº 704, de 28 de março de 2016, já aplicado aos reajustes tarifários ocorridos no exercício.

17.2. Reajuste Tarifário Anual

No reajuste anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas distribuidoras de energia elaboram os pleitos para reajuste das tarifas de energia elétrica, com base em fórmula definida no contrato de permissão, que considera para os custos não gerenciáveis (Parcela A), as variações incorridas no período entre reajustes e, para os custos gerenciáveis (Parcela B), a variação do IPCA, ajustado pela aplicação do Fator X, conforme mencionado no parágrafo anterior.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL estabeleceu por meio da Resolução Homologatória nº 2.334, de 31 de outubro de 2017, as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da Cooperccocal cujo reajuste médio foi de 9,98%, correspondendo a um efeito médio a ser percebido pelos consumidores/associados supridos da permissionária.

17.3. Composição da Base de Remuneração Regulatória

Para a avaliação dos ativos das permissionárias vinculados à permissão do serviço público de distribuição de energia elétrica, visando à definição da base de remuneração no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP vigente, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

- a) A base de remuneração aprovada no CRTP anterior deve ser “blindada”. Entende-se como base blindada os valores aprovados por laudo de avaliação ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações;
- b) As inclusões entre as data-base do CRTP vigente e anterior, desde que ainda em operação, compõem a Base Incremental e são avaliadas no processo de revisão tarifária do CRTP vigente;
- c) Os valores finais da avaliação são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas entre as data-base do segundo e terceiro ciclos de revisão tarifária – base incremental (item b);
- d) Considera-se como data-base do laudo de avaliação o último dia do sexto mês anterior ao mês da revisão tarifária do CRTP vigente; e
- e) A base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IPCA, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária.

Os ativos vinculados à permissão do serviço público de distribuição de energia elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória

quando efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração aqueles ativos que compõe a Base de Anuidade Regulatória – BAR.

A tabela a seguir resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração.

Descrição	Valores
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	31.413
(2) Índice de Aproveitamento Integral	0
(3) Obrigações Especiais Bruta	0
(4) Bens Totalmente Depreciados	769
(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	30.645
(6) Depreciação Acumulada	9.266
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	0
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	0
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	0
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	22.147
(10) Almojarifado em Operação	94
(11) Ativo Diferido	0
(12) Obrigações Especiais Líquida	0
Descrição	Valores
(13) Terrenos e Servidões	0
(14) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(6)-(8)+(10)+(11)-(12)+(13)	22.241
(15) Saldo RGR PLPT	0
(16) Saldo RGR Demais Investimentos	0
(17) Taxa de Depreciação	4%
(18) Quota de Reintegração Regulatória	1.226
(19) WACC real antes de impostos	3,77%
(20) Taxa RGR PLPT	0
(21) Taxa RGR Demais Investimentos	0
(22) Remuneração do Capital (15)*(20)+(16)*(21)+[(14)-(15)-(16)]*(19)	839

17.4. Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis - CAIMI.

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo.

Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI

Descrição	Valores
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	1.475
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	369
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	369
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	738
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	20
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	60
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	153
(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)	233

17.5. Ajuste da parcela “B” em Função de Investimentos Realizados

A metodologia aplicada a permissionária prevê ajuste da parcela B em função dos investimentos realizados.

A nova metodologia foi instituída na regularização do Submódulo 8.4 do PRORET, aprovado pela Resolução Normativa nº 704/2016.

17.6. Resumo da Revisão Tarifária (ou Reajuste Tarifário)

Aplicando-se as metodologias definidas no Módulo 10.3 do PRORET, que trata da revisão tarifária das permissionárias de distribuição de energia elétrica, a revisão tarifária da Coopercoocal é sintetizada na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita requerida da permissionária, as outras receitas, os componentes financeiros e a receita verificada. A tabela apresenta também o quanto cada item de receita contribui para o reposicionamento tarifário apresentado.

Descrição	Receita	Receita Verificada (R\$)	Revisão (R\$)	Var Projetado (%)	Impacto	Part. Receita (%)
	Último IRT (R\$)				na Revisão Tarifária (%)	
1. PARCELA A (1.1 + 1.2 + 1.3)	16.334	-	-	-	-	55,10
1.1. Encargos Setoriais	2.851	-	-	-	-	9,61
RGR	-	-	-	-	-	-
CCC	-	-	-	-	-	-
TFSEE	63	-	-	-	-	0,21
CDE	2.046	-	-	-	-	6,90
PROINFA	742	-	-	-	-	2,50
P&D (Eficiência Energética)	-	-	-	-	-	-
NOS	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-
1.2. Transmissão	5.106	-	-	-	-	17,23
Rede Básica	-	-	-	-	-	-
Rede Básica Fronteira Itaipu	-	-	-	-	-	-
Conexão CUSD	5.106	-	-	-	-	17,23
Outros	-	-	-	-	-	-
1.3. Compra de Energia	8.376	-	-	-	-	28,26
CCEAR Existente	-	-	-	-	-	-
CCCEAR Nova	-	-	-	-	-	-
Contratos Bilaterais Itaipu	8.376	-	-	-	-	28,26
2. PARCELA B (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5)	-	-	-	-	-	-
2.1. Custos Operacionais + Anuidades	-	-	-	-	-	-
2.2. Remuneração	-	-	-	-	-	-
2.3. Depreciação	-	-	-	-	-	-
2.4. Receitas Irrecuperáveis	-	-	-	-	-	-
2.5. Outras Receitas	-	-	-	-	-	-
3. Reposicionamento Econômico	8,79%	-	-	-	-	-
4. Componentes Financeiros	-0,24%	-	-	-	-	-
5. Reposicionamento com Financeiros	8,55%	-	-	-	-	-
6. Financeiros Retirados do IRT anterior	-	-	-	-	-	-
7. Efeito para Consumidor	19,99%	-	-	-	-	-

18. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Coopercojal seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Coopercojal seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada neste manual. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

	2017			2016			
	Nota	Regulatório	Ajustes Societário	Regulatório	Ajustes Societário		
Ativos							
Ativo circulante		6.757	-	6.757	5.993	-	5.993
Caixa e equivalentes de caixa		1.527	-	1.527	1.316	-	1.316
Consumidores	18.1	4.422	-	4.422	3.649	-	3.649
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-	-
Serviços em curso		-	-	-	345	-	345
Tributos compensáveis		126	-	126	318	-	318
Depósitos judiciais e cauções		18	-	18	-	-	-
Almoarifado operacional		195	-	195	165	-	165
Investimentos temporários		-	-	-	-	-	-
Empréstimos		-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	18.2	345	345	-	55	55	-
Despesas pagas antecipadamente		12	-	12	6	-	6
Ativos de operação descontinuada e bens destinados à alienação		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Outros ativos circulantes		112	(345)	457	139	(55)	194
Ativo não circulante		28.755	3.741	25.014	27.954	4.217	23.737
Consumidores		60	-	60	60	-	60
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-	-
Serviços em curso		-	-	-	-	-	-
Tributos compensáveis		126	-	126	192	-	192
Depósitos judiciais e cauções		-	-	-	-	-	-
Investimentos temporários		-	-	-	-	-	-
Empréstimos		-	-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	18.2	-	-	-	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente		-	-	-	-	-	-
Bens e direitos para uso futuro		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Outros ativos não circulantes	18.3	6	(1.894)	1.900	161	(961)	1.122
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		1.256	-	1.256	1.159	-	1.159
Imobilizado	18.4	27.178	27.178	-	26.311	26.311	-
Intangível	18.5	129	(21.542)	21.671	71	(21.133)	21.204
Total do ativo		35.512	3.741	31.771	33.947	4.217	29.730

	2017			2016		
	Nota	Regulatório	Ajustes Societário	Regulatório	Ajustes Societário	
Passivo						
Passivo circulante		4.510	-	4.510	5.867	5.867
Fornecedores		1.181	-	1.181	924	924
Empréstimos, financiamentos e debêntures		-	-	-	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas		797	-	797	767	767
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-
Tributos		193	-	193	170	170
Provisão para litígios		583	-	583	250	250
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-
Encargos setoriais		29	-	29	586	586
Provisão para descomissionamento		-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	18.2	887	-	887	2.539	2.539
Provisão para uso do bem público		-	-	-	-	-
Passivos de operações descontinuadas		-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-
Obrigações com associados		-	-	-	-	-
Outros passivos circulantes		840	-	840	631	631
Passivo não circulante		3.693	-	3.693	3.284	3.284
Fornecedores		-	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures		-	-	-	-	-
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-
Tributos		-	-	-	-	-
Provisão para litígios		1.605	-	1.605	1.605	1.605
Encargos setoriais		-	-	-	-	-
Provisão para descomissionamento		-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	18.2	-	-	-	-	-
Provisão para uso do bem público		-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-
Obrigações com associados		-	-	-	-	-
Outros passivos não circulantes		-	-	-	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		2.087	-	2.087	1.678	1.678
Total do passivo		8.203	-	8.203	9.151	9.151
Patrimônio líquido		27.310	3.741	23.569	24.796	4.217
Capital social		3.200	-	3.200	3.167	3.167
Reservas de capital		27	-	27	27	27
Outros resultados abrangentes		4.717	4.717	-	4.888	4.888
Reservas de lucros		-	-	-	-	-
Recursos destinados a aumento de capital		-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados		-	-	-	-	-
(-) Ações Próprias em Tesouraria		-	-	-	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais		-	-	-	-	-
Participação de Não Controladores		-	-	-	-	-
Reserva de sobras		18.491	(869)	19.360	16.446	(559)
Sobras à disposição da Assembleia		875	(107)	982	268	(112)
Perdas não cobertas pelos cooperados		-	-	-	-	-
Participação de não controladores		-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido	18.8	27.310	3.741	23.569	24.796	4.217
Total do passivo e do patrimônio líquido		35.512	3.741	31.771	33.947	4.217

	2017			2016		
	Nota Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em continuidade						
Receita / Ingresso	36.210	(4.600)	40.810	31.210	(4.134)	35.344
Fornecimento de energia elétrica	31.320	(1.431)	32.752	28.237	(477)	28.714
(-) Transferências	-	-	-	-	-	-
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-	-	-	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	2.067	-	2.067	1.789	-	1.789
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	1.431	1.431	-	477	477	-
Serviços cobráveis	17	-	17	15	-	15
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	1.375	-	1.375	692	-	692
Outras receitas vinculadas	-	(4.600)	4.600	-	(4.134)	4.134
Tributos	7.996	-	7.996	7.526	-	7.526
ICMS	7.996	-	7.996	7.526	-	7.526
PIS-PASEP	-	-	-	-	-	-
Cofins	-	-	-	-	-	-
ISS	-	-	-	-	-	-
Encargos - Parcela "A"	4.148	-	4.148	4.081	-	4.081
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	-	70	-	70
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	2.431	-	2.431	3.199	-	3.199
Programa de Eficiência Energética – PEE	-	-	-	67	-	67
Taxa de fiscalização Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	59	-	59	48	-	48
Outros encargos	1.658	-	1.658	696	-	696
Receita líquida / Ingresso líquido	24.066	(4.600)	28.666	19.603	(4.134)	23.737
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	10.796	-	10.796	9.172	-	9.172
Energia elétrica comprada para revenda	5.928	-	5.928	5.358	-	5.358
Energia elétrica comprada para revenda – Proinfa	639	-	639	444	-	444
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	4.230	-	4.230	3.370	-	3.370
Encargos e Demais Despesas Setoriais	-	-	-	-	-	-
Matéria-prima / Insumo para geração de energia elétrica	-	-	-	-	-	-
Combustíveis	-	-	-	-	-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis	13.270	(4.600)	17.869	10.430	(4.134)	14.565
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	11.049	(3.893)	14.942	9.789	(3.375)	13.165
Pessoal e administradores (inclui XX de remuneração a administradores)	6.401	-	6.401	5.531	-	5.531
Entidade de previdência privada	-	-	-	-	-	-
Material	1.442	-	1.442	1.324	-	1.324
Serviços de terceiros	1.185	-	1.185	1.169	-	1.169
Arrendamento e aluguéis	2	-	2	2	-	2
Seguros	38	-	38	23	-	23
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-
Provisões	215	-	215	85	-	85
Recuperação de despesas	(76)	(76)	-	(63)	(63)	-
Tributos	30	-	30	62	-	62
Depreciação e amortização	1.445	305	1.140	1.324	321	1.003
Gastos diversos da atividade vinculada	367	(4.122)	4.489	331	(3.634)	3.965
Outras Receitas Operacionais	(402)	(402)	-	(438)	(438)	-
Outras Gastos Operacionais	342	-	342	386	-	386
Resultado da Atividade	2.281	(305)	2.586	693	(321)	1.014
Equivalência patrimonial						
Resultado Financeiro	219	-	219	73	-	73
Despesas financeiras	(72)	-	(72)	(286)	-	(286)
Receitas financeiras	292	-	292	359	-	359
Lucro antes dos impostos sobre o lucro	2.500	(305)	2.805	766	(321)	1.087
Despesa com impostos sobre os lucros	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido das operações em continuidade	2.500	(305)	2.805	766	(321)	1.087
Operações descontinuadas						
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	2.500	(305)	2.805	766	(321)	1.087

COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL

AV. DR. POLYDORO SANTIAGO, 555 – CENTRO – COCAL DO SUL/SC

www.coopercocal.com.br

18.1. Consumidores

Não houve ajustes para o grupo.

18.2. Ativos e passivos financeiros setoriais

Não houve ajustes para o grupo.

18.3. Ativos financeiros da permissão

Os ajustes são decorrentes da contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito de receber indenização. Estes lançamentos foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios. Na contabilidade regulatória esse valor faz parte do ativo imobilizado.

A diferença é constituída de bens com duração acima da data prevista para o encerramento do contrato de permissão.

18.4. Imobilizado**18.4.1. Reavaliação compulsória**

Os ajustes são resultantes de aplicação do VNR (Valor Novo de Reposição) advindos do laudo de avaliação do 1º CRT que não é aceito na contabilidade societária.

18.4.2. Depreciação

Os ajustes são resultantes de aplicação do VNR (Valor Novo de Reposição) advindos do laudo de avaliação do 1º CRT que não é aceito na contabilidade societária.

18.5. Intangível**18.5.1. Reavaliação compulsória**

Não houve ajuste no grupo do intangível sendo os valores idênticos a contabilidade

societária e regulatória

18.5.2. Depreciação

Não houve ajuste no grupo do intangível sendo os valores idênticos a contabilidade societária e regulatória.

18.6. Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

18.6.1. Reavaliação compulsória

Não houve ajustes visto que a permissionária não possui obrigações vinculadas a permissão em serviço.

18.6.2. Amortização

Não houve ajustes visto que a permissionária não possui obrigações vinculadas a permissão em serviço.

18.7. Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

18.7.1. Ativo financeiro

Não houve efeitos de contabilização de contratos de permissão (ICPC 01).

18.7.2. Ativo intangível

Não houve efeitos de contabilização de contratos de permissão (ICPC 01).

18.7.3. Receita e Custo de construção (resultado)

Os ajustes são decorrentes da aplicação do ICPC 01 e OCPC 05, que por se tratar de ativo imobilizado em curso que já é vinculado a permissão, deve ser reconhecido conforme aplicação do IFRS como RECEITA DE CONSTRUÇÃO e CUSTO DE CONSTRUÇÃO do ativo intangível da permissão.

18.7.4. Remuneração do ativo financeiro (resultado)

Não foi aplicado nos anos de 2016 e 2017 qualquer remuneração aos ativos financeiros.

18.7.5. Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Não houve registro de ajuste a impostos e contribuições diferidos, visto que a permissionária opera com associados que tem o privilégio fiscal da isenção.

18.8. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2017	2016
Saldos no início do exercício	23.569	20.579
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	3.741	4.217
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	-
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	-
Reavaliação regulatória compulsória	4.716	4.888
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória	-	-
Diferença reserva de sobras	(869)	(559)
Diferença sobras a disposição AGO	(107)	(112)
....	-	-
....	-	-
....	-	-
.....	-	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	-	-
Saldos no fim do exercício	27.309	24.796

Os efeitos constatados a título de Reavaliação Regulatória Compulsória, referem-se a reversão da Reserva de Reavaliação Regulatória Compulsória, já que a mesma não é aceita pelas normas da Contabilidade Internacional, e, sendo revertida contra as contas correspondentes do Ativo Imobilizado em Serviço.

Com relação ao destaque da Depreciação da reavaliação Regulatória Compulsória, bem como os efeitos IFRS em outras reservas de capitais, referem-se a reversão da realização da reserva regulatória compulsória ocorrida na Contabilidade Regulatória, revertida conforme regras da Contabilidade Internacional, e, conforme orientação dos auditores, representada como diferenças IFRS em outras Reservas de capital.

18.9. Conciliação das sobras líquidas societário e regulatório

	2017	2016
Sobras (perdas) líquido conforme contabilidade societária	2.805	1.087
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	(305)	(322)
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	-
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	-
Reavaliação regulatória compulsória	-	-
Depreciação – reavaliação regulatória compulsória	(305)	(322)
Diferença de receita neutralidade	-	-
Diferença de variações monetária	-	-
....	-	-
...	-	-
.....	-	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	-	-
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	2.500	765

Depreciação – Reavaliação Regulatória Compulsória: Trata-se da reversão das cotas de depreciação da reavaliação regulatória compulsória, realizadas no exercício de 2016, cujos efeitos não são reconhecidos na Contabilidade Societária.

19. Formação Básica das Notas Explicativas

As notas explicativas da administração, parte integrantes destas Demonstrações Contábeis foram redigidas obedecendo rigorosamente a Legislação pertinente e teve autorização para sua divulgação em 26/03/2018 pelo Conselho de Administração, não podendo os senhores sócios proceder nenhuma alteração após sua divulgação. As bases para elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil as Políticas Contábeis específica para o setor elétrico e estão todas apresentadas em (R\$/mil).



BALANÇO SOCIAL



Balço social 2017

Responsabilidade social é filantropia motivada por considerações de marketing ou relações públicas. É garantir que os serviços da cooperativa sejam seguros e confiáveis gerando riquezas e empregos culminando com o recolhimento de impostos incidentes na condução normal dos negócios.

Para a cooperativa, é comprometer-se com um conjunto de políticas, programas e práticas que não apenas atendam, mas ultrapassem as exigências éticas e legais no que toca à proteção do meio ambiente e ao desenvolvimento econômico, social e cultural da comunidade onde opera e da sociedade como um todo.

É uma atitude consolidada em estender a mão aos mais carentes, ajudando a reduzir as profundas diferenças sociais. É ter solidariedade como um valor que permeia e baliza toda a atuação da cooperativa, sem prejuízo de suas metas empresariais e comerciais.

Temos participado do equacionamento das questões sociais mais graves nos municípios em que atua a cooperativa, relacionadas especificamente com o setor de energia elétrica, mantemos o objetivo de ampliar nossa atuação de caráter comunitário, a fim de auxiliar a resolver outros problemas que afetam nosso quadro social.

Estendendo a todos os benefícios da eletricidade

A manutenção da universalização do atendimento ao benefício de distribuição de energia elétrica a nossos associados consumidores, caracteriza a marca de extrema relevância da atuação social.

Preservando e restaurando o meio ambiente

Rede compacta ou linha verde

É o sistema de rede de distribuição protegido desenvolvido para substituir a rede convencional, onde a arborização é muito rica. O sistema é composto por cabos de alumínio recobertos por uma camada plástica.

Com a compactação da rede, a necessidade e a frequência de poda de árvores em torno dos condutores são substancialmente reduzidas. A cooperativa continua ampliando sua extensão de rede compacta totalizando 43,1 km em 2017.

Filantropia e trabalho voluntário

Acordo com instituições filantrópicas

A cooperativa continua celebrando acordo com instituições filantrópicas para arrecadar doações de consumidores via nota fiscal de fornecimento de energia. A cobrança é incluída na fatura mediante autorização expressa do consumidor sem ônus as entidades beneficiadas.

A manutenção do uso de nosso sistema de faturamento para facilitar e estimular as doações de recursos a instituições filantrópica caracteriza um nobre trabalho de caráter social.

Doações do FATES

Em 2017 foram doados R\$ 155 mil, sendo os principais beneficiados a APAE de Cocal do Sul, Corpo de Bombeiros de Urussanga, Hospital Nossa Senhora da Conceição de Urussanga e o restante para outras instituições localizadas nos municípios de nossa área de atuação.

Também se incentivou os movimentos de capacitação de mulheres associadas ou dependente de associados visando integrar estas ao mercado com uma obtenção de renda ao auxílio de cobertura dos custos familiares.

Comissão interna de prevenção de acidentes – CIPA

A comissão interna de prevenção de acidentes (CIPA) é uma comissão constituída por representantes indicados pelo empregador e membros eleitos pelos trabalhadores, de forma paritária na empresa, que tem a finalidade de prevenir acidentes e doenças decorrentes do trabalho, de modo a tornar compatível permanentemente o trabalho com a preservação da vida e a promoção da saúde do trabalhador.

O objetivo da CIPA é observar e relatar as condições de risco nos ambientes de trabalho e solicitar medidas para reduzir até eliminar os riscos existentes e/ou neutralizar os mesmos. Sua missão é a preservação da saúde e integridade física dos trabalhadores.

Seu papel mais importante é o de estabelecer uma relação de diálogo e conscientização, de forma criativa e participativa, entre gerentes e empregados, em relação à forma como os trabalhos são realizados, objetivando sempre melhorar as condições de trabalho, visando à humanização do trabalho e procurando atualizar-se com o que de mais moderno em questão de segurança.

Semana interna de prevenção de acidentes de trabalho – SIPAT

A COOPERCOCAL realiza uma vez por ano no mês de novembro, a Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho (SIPAT). Esta semana é dedicada a aprender mais sobre segurança no trabalho e qualidade de vida, onde foram realizadas palestras de diversos temas, como saúde, primeiros socorros e motivacionais.

Informando a cooperação a todos

No exercício de 2017 a Coopercojal promoveu palestra em 18 comunidades da área de permissão com cobertura a todos os associados consumidores registrando a presença de 1.187 associados. O tema cooperativismo juntamente com a apresentação da estrutura financeira e operacional bem como dos investimentos realizados foi percorrido a todos com os variados esclarecimentos solicitados.

COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL
CNPJ 86.532.348/0001-45
DEMONSTRAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos milhares de reais)

	2017			2016		
	R\$	% Sobre		R\$	% Sobre	
1. Base de cálculo						
Receita Líquida (RL)	28.666			23.737		
Resultado Operacional (RO)	2.586			1.014		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	4.574			3.991		
2. Indicadores sociais internos						
	R\$	FPB	RL	R\$	FPB	RL
Alimentação - Auxílio alimentação e outros	368	8,05	1,28	287	7,19	1,21
Encargos sociais compulsórios	1.410	30,83	4,92	1.302	32,62	5,49
Saúde - Convênio assistencial e outros benefícios	160	3,50	0,56	132	3,31	0,56
Educação - Bolsa de estudo	17	0,37	0,06	14	0,35	0,06
Segurança no trabalho - CIPA e exames periódicos	14	0,31	0,05	25	0,63	0,11
Capacitação e desenvolvimento profissional	110	2,40	0,38	85	2,13	0,36
Seguro de vida	31	0,68	0,11	25	0,63	0,11
Roupas/equip. de segurança pessoal e transporte	76	1,66	0,27	82	2,05	0,35
Total	2.186	47,79	7,66	1.952	48,92	8,21
3. Indicadores sociais externos						
	R\$	RO	RL	R\$	RO	RL
Doações e contribuições	167	6,46	0,58	182	17,95	0,77
Total de contribuições para a sociedade - ICMS	7.996	309,20	27,89	7.526	742,21	31,71
Tributos (excluídos encargos sociais)	48	1,86	0,17	84	8,28	0,35
Total	8.211	317,52	28,64	7.792	768,43	32,84
4. Indicadores ambientais						
	R\$	RO	RL	R\$	RO	RL
Relacionamento com a operação da empresa						
Programa combate ao desperdício de energia elétrica	0	0,00	0,00	258	25,44	1,09
Programa pesquisa e desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programa especiais/projetos externos						
Sistema de gestão ambiental - SGA	-	-	-	-	-	-
Distribuição e plantio de mudas de árvores	-	-	-	-	-	-
Total	0	0,00	0,00	258	25,44	1,09
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	()	não possui metas	()	não possui metas	()	cumprido de 0 a 50%
	()	cumprido de 0 a 50%	()	cumprido de 51 a 75%	()	cumprido de 76 a 100%
	()	cumprido de 51 a 75%	()	cumprido de 76 a 100%	()	
	(x)	cumprido de 76 a 100%	(x)	cumprido de 76 a 100%	(x)	
Rede compacta ou linha verde						
Rede compacta ou linha verde	196	7,58	0,68	694	68,44	2,92
Total	196	7,58	0,68	694	68,44	2,92

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
	<u>unidades</u>	<u>unidades</u>
5. Indicadores do corpo funcional		
Empregados no final do período	65	62
Escolaridade dos empregados		
Superior e extensão universitária	20	14
2º grau	35	37
1º grau	10	11
Faixa etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	25	24
De 30 até 45 anos (exclusive)	30	26
Acima de 45 anos	10	12
Admissões durante o período	12	7
Mulheres que trabalham na empresa	12	9
Negros que trabalham na empresa	-	-
Portadores de deficiência física	1	1
Dependentes	64	55
Estagiários	5	3
6. Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa (R\$ mil)	10	9
Acidentes de trabalho	-	-
Nos processos de gestão da empresa os órgãos de decisão em 2016 e 2015 foram:	Assembléia geral ordinária	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos:	Conselho de administração	
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos:	CIPA	
A previdência privada contempla:	Não existem planos	
A participação nos lucros ou resultados contempla:	Não contempla	
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	Sim	
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	Participa	

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

Senhores associados

A Cooperativa Energética Cocal - COOPERCOCAL submete à apreciação dos associados e público indistinto o Relatório Anual do Conselho de Administração, em conjunto com as Demonstrações Financeiras e pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, conforme disposições legais e estatutárias.

Mensagem da Administração

A COOPERCOCAL implantou um conjunto de práticas de relacionamento comercial com seus associados tendo como base principal a qualidade de seu serviço de distribuição de energia elétrica, atendimento, preservação da credibilidade junto aos associados.

Também a manutenção da força de sua marca através de sua participação efetiva no desenvolvimento socioeconômico em toda sua área de atuação.

Mantemos como prioridade o investimento contínuo na melhoria dos processos gerenciais e dos meios de comunicação.

A COOPERCOCAL busca novas formas de relacionamento para oferecer opções mais cômodas e ágeis de contato do associado com a cooperativa garantindo a transparência nas informações.

A política de gestão dos recursos humanos foi adotada de forma definitiva, resultando em melhores condições a nossos empregados o que mostra nosso balanço social.

No exercício de 2017, participamos de vários eventos a nível nacional na INFRACOOOP (Confederação Nacional das Cooperativas de infraestrutura) e ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, com objetivo de se inteirar das ações buscando a proposição de mudanças para as cooperativas de infraestrutura agentes do setor elétrico brasileiro.

O investimento em capacitação e treinamento de pessoal, com vistas às novas exigências regulatórias, está sendo prioritário ao nosso objetivo de capacitar para minimizar ao máximo novas contratações.

Afirmamos que todos os resultados alcançados, no ano de 2017, são resultantes de persistência, trabalho árduo e de muita dedicação.

Nossa integração social se expandiu com a implantação do projeto Coopercocal nas Escolas, realizado no exercício de 2016, com reflexos exitosos no exercício de 2017 em toda área de atuação.

Em 2018 continuaremos a cumprir nossa missão, trabalhando de forma planejada, oferecendo energia elétrica de qualidade com continuidade, de forma a atender as necessidades de nossos associados e consumidores.

Também buscaremos ampliar os programas sociais a cooperados e familiares de forma a difundir uma política cooperativista de participação.

A meta principal a ser alcançada é a integração de nosso sistema de distribuição em um único ponto de suprimento, minimizando custos e melhorando a qualidade do fornecimento.

Altair Lorival de Mélo
Presidente

Antonio Costa
Vice-presidente

Nadia Guollo Bortolatto
Secretária

Karla Scarpato
2º Secretária

Marcelo Dallo
Membro do conselho

Jorge Savi Possamai
Membro do conselho

Valdnei da Silva
Membro do conselho

Manoel João da Silva
Membro do conselho

Vicervanio Bez Fontana
Membro do conselho

ATA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

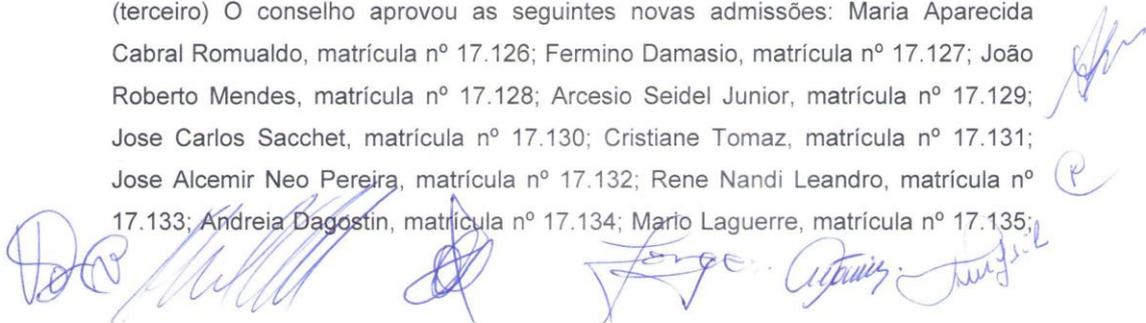
CNPJ/MF: 86.532.348/0001-45

NIRE: 424.0000057.6

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL – COOPERCOCAL. Aos 09 (nove) dias do mês de janeiro de 2.018 (dois mil e dezoito), na sede administrativa Raulino Furlan, da Cooperativa Energética Cocal – Coopercocal, sito a Av. Dr. Polydoro Santiago, nº 555, centro, município de Cocal do Sul, Estado de Santa Catarina, às 18 (dezoito) horas, reuniram-se senhores membros desse Conselho: Altair Lorival de Melo, Antonio Costa, Nádia Guollo Bortolatto, Karla Scarpato, Valdnei da Silva, Marcelo Dalló, Jorge Savi Possamai, Manoel João da Silva e Vicervanio Bez Fontana, para que juntos apreciem, discutem e votem nas deliberações a serem tomadas. Iniciando a reunião, o conselho de administração analisou as prerrogativas: Item 1º (primeiro). O conselho de administração avaliou o Pré-balanço patrimonial a ser submetido à apreciação da assembleia geral e determinou: a) Que sejam aplicadas para a contabilidade societária as disposições legais contidas na resolução Aneel nº 605 (seiscentos e cinco) de 11 (onze) de março de 2014 (dois mil e quatorze) e suas alterações. b) Que também seja aplicada as premissas constantes na resolução Aneel nº 396 (trezentos e noventa e seis) de 26 (vinte e seis) de fevereiro de 2010 (dois mil e dez) e suas alterações que estabelecem as diretrizes do balanço regulatório em todos os seus efeitos com relação à avaliação dos ativos. c) Que seja cumprida as determinações constantes do despacho nº 4.356 de 22 /12/2017 e demais despachos já editados pela ANEEL (Agencia Nacional de Energia Elétrica). d) Adoção das normas brasileiras de contabilidade através da interpretação técnica NBC T 10.8 – IT – 01, Aspectos contábeis das entidades cooperativas aprovada pela resolução CFC (Conselho Federal de Contabilidade) nº 1013/2005 (hum mil e treze de dois mil e cinco). e) Aplicação da resolução do CFC (Conselho Federal de Contabilidade) nº 1255/2009 (um mil duzentos e cinquenta e cinco de dois mil e nove) NBC TG – 1000(R1), que normatiza as rotinas para elaboração das demonstrações financeiras de pequenas e médias empresas. f) A não aplicação de "Impairment" redução ao valor recuperável dos bens constantes do ativo imobilizado instituído conforme NBC TG – 01(R1), CFC (Conselho Federal de Contabilidade) nº 1292/2010 (um mil duzentos e noventa e dois de dois mil e dez) por entender que a recuperabilidade dos ativos está garantida no contrato de permissão que estabelece o valor de reversão dos bens quando de seu rompimento ou encerramento. g) Aplicação das taxas de depreciação estabelecidas nas resoluções Aneel consideradas como satisfatórias a cumprir as estimativas do custo atribuído. h)

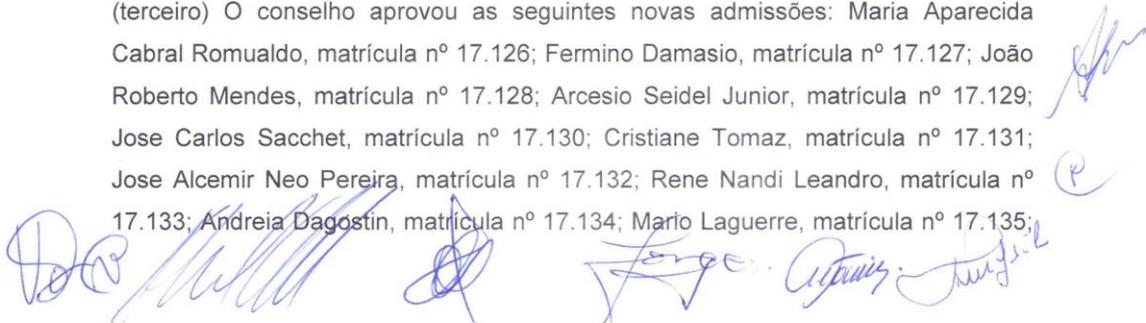
Constituir provisão para devedores duvidosos dos recebíveis conforme estabelecido nas normatizações regulatórias por entender suficientes para o equilíbrio do negócio.

i) Constituir provisão de ações trabalhistas e cíveis na forma estabelecida pelos procuradores constituídos quando cabível. j) Não constituir provisão no exercício de 2017 (dois mil e quinze) de recebíveis de consumidor em processo de recuperação judicial. i) Aplicação da recomendação técnica emanada do OCPC nº 0008 conforme contrato de permissão. Item 2º (segundo). O conselho de administração avaliou a regularidade da chapa única apresentada a concorrer aos cargos de conselho de administração conforme artigo nº 34 (trinta e quatro) do estatuto social - período 2.018 (dois mil e dezoito) a 2.021 (dois mil e vinte e um) e conselho fiscal conforme artigo nº 42 (quarenta e dois) do estatuto social - período 2.018 (dois mil e dezoito) composta na forma a seguir: Membros do Conselho de Administração Efetivos: Presidente Altair Lorival de Melo, matrícula nº 14.113; Vice-presidente Antonio Costa, matrícula nº 2.167; 1º (primeiro) secretário Nadia Guollo Bortolatto, matrícula nº 5.616; 2º (segundo) secretário Rodrigo Zaccaron, matrícula nº 11.000; 1º (primeiro) conselheiro Marcelo Dalló, matrícula nº 8.805; 2º (segundo) conselheiro José Raul Furlan, matrícula nº 934; 3º (terceiro) conselheiro Vilmar Della Bruna, matrícula nº 5.476; 4º (quarto) conselheiro Maria Salete Cittadin da Silva, matrícula nº 8.103; 5º (quinto) conselheiro Jose Kissel, matrícula nº 8.225; Membros suplentes: 1º (primeiro) conselheiro Luis Lorensen , matrícula nº 1.193; 2º (segundo) conselheiro Joelson de Resende, matrícula nº 9.743; 3º (terceiro) conselheiro Anderson de Vicente, matrícula nº 10.274. Membros do Conselho Fiscal Efetivos: Daniel Virtuoso Cipriano, matrícula nº 16.607; Gelson Candido dos Santos, matrícula nº 6.299; Isair Marino Bonomi, matrícula nº 1.260; Suplentes: Enio Abel Frasseto, matrícula nº 3.561; Artemio Cittadin, matrícula nº 3.123; Jorge Possamai, matrícula nº 4.282. Foi verificado pelos conselheiros o cumprimento das disposições estatutárias para o concurso aos cargos estando todos os nominados aptos a serem submetidos à apreciação e votação na assembléia geral já convocada para os dias 19 (dezenove) e 20 (vinte) do mes de janeiro de 2.018 (dois mil e dezoito). Item 3º (terceiro) O conselho aprovou as seguintes novas admissões: Maria Aparecida Cabral Romualdo, matrícula nº 17.126; Fermio Damasio, matrícula nº 17.127; João Roberto Mendes, matrícula nº 17.128; Arcesio Seidel Junior, matrícula nº 17.129; Jose Carlos Sacchet, matrícula nº 17.130; Cristiane Tomaz, matrícula nº 17.131; Jose Alcemir Neo Pereira, matrícula nº 17.132; Rene Nandi Leandro, matrícula nº 17.133; Andreia Dagostin, matrícula nº 17.134; Mario Laguerre, matrícula nº 17.135;



Constituir provisão para devedores duvidosos dos recebíveis conforme estabelecido nas normatizações regulatórias por entender suficientes para o equilíbrio do negócio.

i) Constituir provisão de ações trabalhistas e cíveis na forma estabelecida pelos procuradores constituídos quando cabível. j) Não constituir provisão no exercício de 2017 (dois mil e quinze) de recebíveis de consumidor em processo de recuperação judicial. i) Aplicação da recomendação técnica emanada do OCPC nº 0008 conforme contrato de permissão. Item 2º (segundo). O conselho de administração avaliou a regularidade da chapa única apresentada a concorrer aos cargos de conselho de administração conforme artigo nº 34 (trinta e quatro) do estatuto social - período 2.018 (dois mil e dezoito) a 2.021 (dois mil e vinte e um) e conselho fiscal conforme artigo nº 42 (quarenta e dois) do estatuto social - período 2.018 (dois mil e dezoito) composta na forma a seguir: Membros do Conselho de Administração Efetivos: Presidente Altair Lorival de Melo, matrícula nº 14.113; Vice-presidente Antonio Costa, matrícula nº 2.167; 1º (primeiro) secretário Nadia Guollo Bortolatto, matrícula nº 5.616; 2º (segundo) secretário Rodrigo Zaccaron, matrícula nº 11.000; 1º (primeiro) conselheiro Marcelo Dalló, matrícula nº 8.805; 2º (segundo) conselheiro José Raul Furlan, matrícula nº 934; 3º (terceiro) conselheiro Vilmar Della Bruna, matrícula nº 5.476; 4º (quarto) conselheiro Maria Saete Cittadin da Silva, matrícula nº 8.103; 5º (quinto) conselheiro Jose Kissel, matrícula nº 8.225; Membros suplentes: 1º (primeiro) conselheiro Luis Lorensen , matrícula nº 1.193; 2º (segundo) conselheiro Joelson de Resende, matrícula nº 9.743; 3º (terceiro) conselheiro Anderson de Vicente, matrícula nº 10.274. Membros do Conselho Fiscal Efetivos: Daniel Virtuoso Cipriano, matrícula nº 16.607; Gelson Candido dos Santos, matrícula nº 6.299; Isair Marino Bonomi, matrícula nº 1.260; Suplentes: Enio Abel Frasseto, matrícula nº 3.561; Artemio Cittadin, matrícula nº 3.123; Jorge Possamai, matrícula nº 4.282. Foi verificado pelos conselheiros o cumprimento das disposições estatutárias para o concurso aos cargos estando todos os nominados aptos a serem submetidos à apreciação e votação na assembléia geral já convocada para os dias 19 (dezenove) e 20 (vinte) do mes de janeiro de 2.018 (dois mil e dezoito). Item 3º (terceiro) O conselho aprovou as seguintes novas admissões: Maria Aparecida Cabral Romualdo, matrícula nº 17.126; Fermino Damasio, matrícula nº 17.127; João Roberto Mendes, matrícula nº 17.128; Arcesio Seidel Junior, matrícula nº 17.129; Jose Carlos Sacchet, matrícula nº 17.130; Cristiane Tomaz, matrícula nº 17.131; Jose Alcemir Neo Pereira, matrícula nº 17.132; Rene Nandi Leandro, matrícula nº 17.133; Andreia Dagostin, matrícula nº 17.134; Mario Laguerre, matrícula nº 17.135;



Valdnei da Silva
1º Conselheiro

Marcelo Dalló
2º Conselheiro

Jorge Savi Possamai
3º Conselheiro

Manoel João da Silva
4º Conselheiro

Vicervanio Bez Fontana
5º Conselheiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Ata da reunião do Conselho Fiscal da Cooperativa Energética Cocal - COOPERCOCAL, realizada no dia 09 (nove) de janeiro de 2018 (dois mil e dezoito) com parecer das Demonstrações Financeiras do exercício de 2017 (dois mil e dezessete).

Aos nove dias do mês de janeiro de dois mil e dezoito, na sede da Cooperativa Energética Cocal - COOPERCOCAL, às 18:00 (dezoito) horas, sita à Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 555, no município de Cocal do Sul (SC), estiveram reunidos os membros do Conselho Fiscal, os Srs. Isair Marino Bonomi, Airton de Souza, Genuir Locatelli, para examinar e apreciar o seguinte: Balanço Patrimonial, Contas de sobras e perdas, Demonstrativos Estatísticos e demais documentos e contas relacionadas com o exercício de 2017 (dois mil e dezessete), compreendido entre 1º (primeiro) de janeiro até 31 (trinta e um) de dezembro do referido ano, bem como o Relatório da Diretoria. Depois de procedido os exames detalhados das contas e demonstrativos, resolveram emitir o seguinte parecer: Em cumprimento as determinações estatutárias e ao mandato que nos foi conferido, declaramos que após minucioso exame do caixa, conciliação bancária e demais documentos como Balanço Patrimonial, Contas de Sobras e Perdas, Contabilidade e ainda baseados nas reuniões regulamentares efetuadas até a presente data, nas quais tomamos conhecimento de todos os atos praticados, tendo encontrado tudo na mais perfeita ordem e em vista da realização da Assembléia Geral Ordinária, marcada para o dia 19 (dezenove) de janeiro de 2018 (dois mil e dezoito), cujo Edital de Convocação já foi divulgado dentro do prazo previsto pelo Estatuto, somos de Parecer Favorável no sentido de que seja aprovado pela Assembléia Geral Ordinária. Nada mais havendo a ser tratado, deu-se por encerrada a presente reunião. Para constar lavrei a presente ata que após lida se aprovada, vai assinada por mim, secretário e demais membros do Conselho Fiscal presentes.

Cocal do Sul, 09 de janeiro de 2018.


Genuir Locatelli
Secretário


Isair Marino Bonomi
Coordenador


Airton de Souza
Conselheiro

EDITAL DE CONVOCAÇÃO



COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL
CNPJ/MF: 86.532.348/0001-45

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente da COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL - COOPERCOCAL, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Estatuto Social, convoca os associados para comparecerem a **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA** a realizar-se no dia **19 de janeiro de 2018**, nas dependências da sede recreativa e esportiva da Coopercocal, sita na Estrada Geral, s/nº, Km 1,4, localidade de Linha Tigre, município de Cocal do Sul-SC, por não haver acomodações suficientes na sede social, às 17h em primeira convocação com a presença de 2/3 de seus associados às 18h em segunda convocação, com a presença de metade mais um de seus associados ou às 19h em terceira e última convocação, com a presença de no mínimo 10 (dez) associados para deliberarem a seguinte:

ORDEM DO DIA

- 1) Prestação de contas do conselho de administração acompanhado de parecer do conselho fiscal e auditoria independente referente exercício de 2017, compreendendo:
 - a) Relatório da gestão;
 - b) Balanço patrimonial;
 - c) Demonstrativo das sobras apuradas no exercício de 2017;
 - d) Parecer do conselho fiscal e parecer de auditoria independente.
- 2) Destinação das sobras apuradas no exercício de 2017.
- 3) Fixação de pró-labore e cédula de presença às reuniões do conselho de administração e conselho fiscal.
- 4) Aprovação de plano de investimentos para o exercício de 2018.
- 5) Eleição dos componentes do conselho de administração período 2018 a 2021 e Conselho Fiscal período 2018.
- 6) Assuntos gerais.

Observações:

- a) Para efeito de verificação de quorum a Cooperativa possui **14.208** associados.
- b) Os documentos a serem apreciados no item (01) primeiro da Ordem do Dia, estarão disponíveis aos associados a partir do dia 10/01/2018, na sede social.
- c) Interessados a concorrer aos cargos sociais do conselho de administração e conselho fiscal, deverão compor chapas a serem inscritas junto à administração na sede da Coopercocal até às 17h30m do dia 09/01/2018.
- d) As chapas apresentadas deverão conter a documentação prevista no artigo 47º do Estatuto Social, e expressa concordância de seus componentes.
- e) Havendo chapa única inscrita para eleição do conselho de administração e conselho fiscal do item 5º (quinto) da **Ordem do Dia** será votado por aclamação no dia 19/01/2018, salvo determinação diversa da assembleia geral.
- f) Registrando-se mais de uma chapa a concorrer a eleição do conselho de administração e conselho fiscal, a assembleia permanecerá em aberto durante o dia 20/01/2018, no período compreendido entre 09h e 16h quando serão votadas as chapas apresentadas e em seguida apurado os resultados.
- g) O local de votação é as dependências da Escola de Educação Básica Professor Padre Schüller (Colégio Schüller), sito à Rua Dr. Edson Gaidzinski, nº 260, Município de Cocal do Sul-SC.
- h) A posse dos eleitos ocorrerá no prazo estabelecido no parágrafo 3º do artigo 47º do estatuto social.
- i) Para exercer seu direito de voto o associado inscrito até a convocação desta Assembleia deverá apresentar-se munido da carteira associado ou de documento que o identifique com fotografia e estar rigorosamente em dia com as obrigações junto a Cooperativa até as 17h30m do dia 18 de janeiro de 2018.

Cocal do Sul, 21 de dezembro de 2017.


Altair Loriyal de Melo
Presidente

Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 555 – Bairro Centro – CEP: 88.845-000 – Cocal do Sul – SC.
E-mail: coopercocal@coopercocal.com.br – Site: www.coopercocal.com.br

PARECER DA AUDITORIA – SOCIETÁRIA

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores, Conselheiros e Associados da
COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL - COOPERCOCAL
Cocal do Sul – SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL - COOPERCOCAL**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL - COOPERCOCAL**, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL - COOPERCOCAL**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da **COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL - COOPERCOCAL**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como apropriados e necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

Os responsáveis pela governança da **COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL - COOPERCOCAL**, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Rua Vereador Mário Coelho Pires, n.º 1060, Sala 11 - Campinas - CEP 88.101 - 090 – São José – SC
Grande Florianópolis - Fone/Fax (48) 259.2444 – e-mail: audicons@audiconsult.com.br

I 

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

São José (SC), 12 de janeiro de 2018.



Hermenegildo João Vanoni
Sócio Responsável - Contador - CRC-SC 14.874/O-7

AUDICONSULT Auditores S/S
CRC-SC 4.012

Rua Vereador Mário Coelho Pires, n.º 1060, Sala 11 - Campinas - CEP 88.101 - 090 - São José - SC
Grande Florianópolis - Fone/Fax (48) 259.2444 - e-mail: audicons@audiconsult.com.br

2

PARECER DA AUDITORIA – REGULATÓRIA

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos
Srs. Associados e Administradores da
COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL - COOPERCOCAL
Cocal do Sul – SC

Opinião

Examinamos as Demonstrações Contábeis Regulatórias – DCRs, da **COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL - COOPERCOCAL**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base nas disposições do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 605/2014 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL - COOPERCOCAL**, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de relatórios contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico definido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL - COOPERCOCAL**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Base contábil de elaboração das demonstrações contábeis

Chamamos a atenção para a nota explicativa 02 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis, que foram elaboradas para auxiliar a companhia a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Consequentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

Outros Assuntos

A **COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL - COOPERCOCAL**, elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado para os cotistas e administradores da **COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL - COOPERCOCAL**, com data de 12 de janeiro de 2018.

Rua Vereador Mário Coelho Pires, nº 1060, Sala 11 - Campinas - CEP 88.101 - 090 - São José - SC
Grande Florianópolis - Fone/Fax (48) 3259-2444 - e-mail: audiconsult@audiconsult.com.br

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da **COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL - COOPERCOCAL**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE instituído pela Resolução Normativa 605/2014 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

Os responsáveis pela governança da **COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL - COOPERCOCAL**, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Rua Vereador Mário Coelho Pires, nº 1060, Sala 11 - Campinas - CEP 88.101 - 090 - São José - SC
Grande Florianópolis - Fone/Fax (48) 3259-2444 - e-mail: audiconsult@audiconsult.com.br



PARTICIPAÇÕES

Direção Geral

Altair Lorival de Melo - Presidente

Coordenação e produção

Adriecio De March – Departamento técnico

Andre Mafioletti – Engenheiro responsável técnico

Danylla Zanette – Departamento de cobrança e publicidade

Diogo de Fáveri Ramos – Departamento de contabilidade

Elizete Fritzen – Departamento comercial e faturamento

Estéfano Costa – Departamento técnico

Hemerson Lorival de Melo – Departamento compras

Idemar Sartor – Departamento de pessoal / financeiro

Supervisão

Lesio Rosso - Gerente

Roteiro editorial e conteúdo

Lei nº 5.764/1971

Resolução ANEEL nº 444, de 26/10/2001

Pronunciamentos técnicos - IBRACON

Estatuto social

Agradecimentos

Conselho de administração

Departamento técnico e engenharia

Departamento de contabilidade

Departamento financeiro

Departamento de recursos humanos

Departamento comercial

Funcionários da COOPERCOCAL em geral

Audiconsult consultores

Useall Software



ISO 9001

COOPERCOCAL

Construindo o futuro com energia

 0800 48 7019 / (48) 3447 7000  SMS 28908

 www.coopercocal.com.br  aplicativo APP Coopercocal

 coopercocal@coopercocal.com.br  CEP 88845-000
